

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Thaís Blume dos Reis

**A lógica da suspeição sobre o movimento estudantil gaúcho: o olhar das Seções de
Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (SOPS/RS) em relação aos “estudantes
subversivos” (1964-1974)**

Porto Alegre

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Thaís Blume dos Reis

A lógica da suspeição sobre o movimento estudantil gaúcho: o olhar das Seções de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (SOPS/RS) em relação aos “estudantes subversivos” (1964-1974)

Trabalho de Conclusão do Curso de História apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador:

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

Porto Alegre

2012

AGRADECIMENTOS

Gostaria de manifestar meu agradecimento, em primeiro lugar, ao meu orientador, Enrique Serra Padrós. Tanto pelo auxílio fornecido durante a pesquisa quanto pela maneira inspiradora com que trata desta temática delicada, colocando-nos em contato com protagonistas do período em que a América Latina esteve sob o jugo de ditaduras de segurança nacional.

Gostaria de agradecer também ao Cláudio Antônio Weyne Gutierrez, que de maneira muito receptiva, concedeu o depoimento sobre sua participação no movimento estudantil secundarista.

Agradeço também o auxílio prestado por Ananda Simões Fernandes em minha pesquisa no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Também agradeço aos estagiários que lá trabalham, sempre prestativos.

Um agradecimento especial aos meus pais, que sempre me incentivaram. Agradeço não apenas pelo suporte material, mas principalmente pelo apoio emocional nesta jornada. Essa conquista é, em grande parte, devida à eles.

Agradeço também ao meu irmão, parceria inestimável de filmes, seriados, livros e de conversas já tarde da noite, ao chegar em casa depois da aula.

Não poderia esquecer das minhas amigas – Lourdes, Ana e Dani –, que proporcionaram momentos de felicidade, muitas risadas e por me emprestaram os ouvidos sempre que precisei.

A todos o meu Muito Obrigada!!

RESUMO

Em 1964, instaurou-se o regime civil-militar no Brasil, pautado pelas premissas da Doutrina de Segurança Nacional. O movimento estudantil foi um dos setores que mais se destacou na luta contra essa ditadura. As manifestações estudantis foram consideradas como “ameaça” à segurança da nação e passaram, portanto, a ser alvo dos órgãos de informações criados pelo regime. Esta pesquisa tem por objetivo analisar o “estudante subversivo” sob a lógica da suspeição empregada pela comunidade de informações. A documentação utilizada como fonte é composta pelo arquivo das Seções de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul, sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. O recorte temporal compreende os anos de 1964 até 1974, período de maior referência sobre o movimento estudantil na documentação.

Palavras chave: ditadura militar brasileira, órgãos de informações, movimento estudantil.

LISTA DE SIGLAS

CENIMAR – Centro de Informações da Marinha

CIE – Centro de Informações do Exército

CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CODI – Centro de Operações de Defesa Interna

DCE – Diretório Central de Estudantes

DCI – Divisão Central de Informações

DEE – Diretório Estadual de Estudantes

DNE – Diretório Nacional de Estudantes

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

DOI – Destacamento de Operações de Informações

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ESG – Escola Superior de Guerra

EsNi – Escola Nacional de Informações

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OBAN – Operação Bandeirantes

SNI – Serviço Nacional de Informações

SOPS – Seções de Ordem Política e Social

UGES – União Gaúcha dos Estudantes Secundários

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UMESPA – União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre

UNE – União Nacional dos Estudantes

USAID – United States Agency for International Development

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1 – A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES.....	11
1.1 – A Doutrina de Segurança Nacional no Brasil.....	11
1.2 – Os Órgãos de Informações.....	14
1.2.1 – O Funcionamento da Comunidade de Informações.....	18
1.3 – Os Órgãos de Vigilância no Rio Grande do Sul.....	20
2 – A REAÇÃO ESTUDANTIL NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL	25
2.1 – A Legislação sobre os Estudantes.....	25
2.2 – A Reação do Movimento Estudantil.....	28
2.2.1 – Os Estudantes Gaúchos.....	33
2.3 – Projeto Rondon e Operação Mauá.....	35
3 – O MOVIMENTO ESTUDANTIL SOB A ÓTICA DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÕES	38
3.1 – Os Arquivos Repressivos.....	39
3.2 – O olhar vigilante sobre o Movimento Estudantil.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	50
ANEXO.....	53

INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar, instaurada no Brasil de 1964 a 1985, enfrentou diversos setores de oposição ao longo destes anos. Um dos principais grupos que esteve à frente das manifestações contra o regime foi o movimento estudantil, o qual foi, por outro lado, constantemente monitorado pelos órgãos de informações montados pelo Estado.

Este Trabalho de Conclusão de Curso busca compreender de que forma os estudantes eram vistos por estes órgãos através da análise dos Ofícios, Memorandos, Relatórios, Informes e outros documentos por eles produzidos e que circulavam nas Seções de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (SOPS/RS). Uma parcela do material foi incinerada, mas boa parte foi recolhida e hoje está sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, constituindo o que é denominado ex-Acervo da Luta Contra a Ditadura. A delimitação espacial, portanto, leva em consideração a abrangência das SOPS no Rio Grande do Sul e a documentação remanescente no acervo.

O recorte cronológico, que vai de 1964 a 1974, também está baseado nas fontes: é o período que mais apresenta documentos a respeito do movimento estudantil. Compreende os períodos de início, auge e sufocamento das mobilizações estudantis.

A documentação utilizada como fonte para esta pesquisa foi produzida pelo Estado, constituindo, portanto, um arquivo repressivo, que exige cuidados metodológicos na sua utilização e constante confronto com outros tipos de fontes. Deve-se ter em mente – e esta é uma premissa fundamental – que as informações ali contidas foram produzidas pela ótica do estado repressor.

Os objetivos deste trabalho incluem a compreensão da influência da Doutrina de Segurança Nacional sobre os órgãos de informações e seu reflexo sobre o movimento estudantil. Através desta pesquisa, busca-se entender quem eram aqueles denominados de “estudantes subversivos” segundo a lógica da comunidade de informações, ou seja, o que tornavam os estudantes uma ameaça à segurança nacional.

Trabalhar com a História do Tempo Presente implica o cuidado com as fontes, tendo em vista que muitos acontecimentos ainda estão inconclusos. O historiador ainda não tem as conclusões de processos iniciados há 50 anos. No entanto, muitas questões se fazem urgentes dentro dos debates atuais, como ressalta Enrique Padrós:

O debate sobre a existência dos arquivos repressivos, da sua destruição ou das dificuldades dos governos democráticos em descobri-los, torná-los públicos ou tornar menos rígida a legislação específica para seu acesso, é parte dos problemas com os quais se defrontam, na atualidade, os pesquisadores do presente. A disputa pela sua abertura está contaminada pelo tema do revanchismo, acusação feita por setores vinculados ou simpatizantes do antigo *establishment* autoritário aos setores que exigem conhecer a verdade sobre aqueles fatos do passado recente. É o medo de que apareçam os nomes dos responsáveis pela aplicação da tortura, nomes de delatores, o uso de métodos criminosos, confirmação de apropriação de bens, posturas ignóbeis, etc¹.

A possibilidade de trabalhar com os arquivos repressivos, cujos documentos estão desclassificados e disponíveis aos pesquisadores, se insere no debate atual sobre a importância da construção de uma memória sobre o período militar no Brasil. A análise da documentação produzida pelos órgãos oficiais dentro deste período permite a compreensão do regime ditatorial.

Outra fonte utilizada no trabalho foi a entrevista concedida por Cláudio Antônio Weyne Gutierrez. Aluno do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, participou ativamente do movimento estudantil secundarista no Rio Grande do Sul. Seu testemunho permite contrapor as ideias circuladas sobre os estudantes entre os órgãos de informações. A entrevista completa é apresentada no Anexo do trabalho.

Para o desenvolvimento do trabalho serão utilizados alguns conceitos fundamentais para a compreensão da documentação. O primeiro refere-se à Doutrina de Segurança Nacional, incorporada pela Escola Superior de Guerra no Brasil. Segundo seus preceitos, há um estado permanente de guerra entre o comunismo e os países ocidentais, que justificaria quaisquer ações (torturas, assassinatos, prisões) para garantir a segurança nacional e impe-

¹ PADRÓS, Enrique Serra. **História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos**. *Revista Tempo e Argumento*. Vol. 1, nº 1. Florianópolis: PPGH, 2009. p. 40-41.

dir o avanço comunista.² Essas premissas nortearam as ações do regime civil-militar instaurado no país em 1964.

O conceito de “inimigo interno”³ diz respeito ao sujeito que representasse uma ameaça à segurança da nação. Neste caso, a “ameaça” não era somente externa, mas principalmente interna, pois a influência comunista estaria infiltrada no seio da sociedade. Isto justificaria a constante vigilância e suspeita dos órgãos de informações sobre a população brasileira.

A importância de conhecer o “inimigo interno” para desenvolver estratégias de combate levou à criação, por parte da ditadura civil-militar, de órgãos de informações. Estes órgãos eram responsáveis pela coleta e divulgação dos dados considerados importantes sobre os grupos que apresentaram resistência ao regime. Disseminando o medo e a suspeição entre a população como um todo, incentivavam a delação de qualquer indivíduo considerado suspeito; essa rede, composta pelos órgãos de informações, seus agentes e pelos cidadãos simpatizantes do regime, constituía a chamada “comunidade de informações”⁴.

A partir da compreensão destes conceitos, parte-se para a análise da documentação das SOPS/RS para entender como os estudantes eram vistos pelos órgãos de informações, e quais atitudes eram consideradas “ameaças” à segurança nacional. Procura-se, também, compreender as estratégias adotadas pelo regime para impedir as manifestações de oposição à ditadura.

A pesquisa foi dividida em três capítulos. No primeiro deles, o enfoque é sobre a Doutrina de Segurança Nacional e suas premissas, bem como a análise do funcionamento dos órgãos de segurança e da lógica da suspeição que norteava a comunidade de informações no Brasil e no Rio Grande do Sul.

O segundo capítulo discorre sobre o movimento estudantil brasileiro, com ênfase nos estudantes gaúchos; analisa a legislação que atingiu os estudantes e contrapõe com

² COMBLIN, Joseph. **A Ideologia de Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 15-17.

³ *Ibidem*, p. 55.

⁴ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. **A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil**. Revista Brasileira de História, vol. 17, nº 34. São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200011>>. Acesso em 06/10/2012. p. 8.

depoimentos sobre a reação estudantil mobilizada contra a ditadura, bem como aponta as estratégias utilizadas pelo regime para afastar os estudantes da oposição.

O último capítulo se debruça sobre o perfil dos estudantes traçados pelos órgãos de informações, tendo como base a documentação das SOPS/RS. Busca compreender o que os órgãos de informações entendem por “estudantes profissionais” e por “inocentes úteis” no campo estudantil. Por fim, são apresentadas as considerações finais obtidas ao longo da pesquisa.

1 A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo tornou-se bipolarizado: os países alinhavam-se aos Estados Unidos ou à União Soviética, representantes do capitalismo e do comunismo, respectivamente. Vivia-se um contexto de Guerra Fria, com a rivalidade entre as superpotências e seus blocos manifestando-se em diversos setores (econômico, político e militar) – porém sem a deflagração de uma guerra que os confrontasse diretamente.

No final da década de 1950 e início da década de 1960, ocorreram revoluções em países subdesenvolvidos, que apontavam para projetos socialistas e aproximação ao bloco soviético. Na América Latina, a Revolução Cubana (1959) produziu profundo impacto e aumentou sensivelmente a preocupação dos Estados Unidos com essa região, considerada sua zona de influência. Assim, o surgimento de focos de questionamento ao *status quo* foi percebido como uma ameaça comunista à classe dominante e aos interesses estadunidenses. Tal “ameaça” foi utilizada como justificativa para a intervenção militar e instauração de diversas ditaduras de segurança nacional na América Latina nas décadas de 1960 e 1970.

No caso do Brasil, após uma tentativa golpista fracassada, em 1961, ocorre o golpe civil-militar em 1964. O então Presidente João Goulart acabou destituído e a presidência do país passou a ser exercida pelo marechal Castelo Branco, tendo início uma ditadura que duraria 21 anos – somente em 1985 o Brasil teria um novo presidente civil, ainda que eleito pelo voto indireto do Colégio Eleitoral.

1.1 A Doutrina de Segurança Nacional no Brasil

No Brasil, as reformas pretendidas ou implementadas por Goulart foram entendidas como ameaça concreta contra os interesses capitalistas; tal fato foi utilizado para justificar a deflagração do golpe civil-militar, dentro das premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Embora Joseph Comblin⁵ aponte para a origem estadunidense dessa doutrina, a sua origem é mais complexa. Apesar de reconhecer o peso da interpretação, sistematização e disseminação da versão dos Estados Unidos, cabe considerar que no Brasil, alguns aspectos vinham sendo desenvolvidos desde os anos 50, no marco da Escola Superior de Guerra (ESG). De forma geral, a DSN entendia a nação como um organismo vivo, suscetível à “contaminação” comunista. O inimigo não era só externo, mas também interno, infiltrado no seio da sociedade, capaz de subverter a ordem. Para combater este inimigo e assegurar a segurança nacional, todos os meios eram justificáveis: prisões, assassinatos, torturas, desaparecimentos, restrições às liberdades individuais, censura, etc. A vigilância e a suspeita recaíam sobre os cidadãos dentro do seu próprio país, onde qualquer um poderia ser identificado como “inimigo interno”. Segundo Comblin:

O conceito de segurança nacional torna-se muito operacional desde o momento em que se define o inimigo. A segurança nacional talvez não saiba muito bem o que está defendendo, mas sabe muito bem *contra quem*: o comunismo. Sua indefinição é que faz sua eficiência: o comunismo pode aparecer em todos os setores da sociedade; para lutar contra ele é preciso um conceito muito flexível.⁶

O conceito de “inimigo interno”, portanto, era intencionalmente indefinido e elástico, possibilitando a inclusão de toda espécie de indivíduos nele. Ao longo dos anos, caso surgissem novos grupos de oposição, poderiam ser combatidos como “inimigos internos” da nação, justificando o permanente uso da violência.

Dentro da lógica da “guerra total”, de que o mal está em toda parte e de que o inimigo pode ser qualquer um, instaurou-se o medo na população. Vivia-se num estado de guerra permanente contra o comunismo. Através de constante vigilância e ameaças, os órgãos de repressão buscavam impedir qualquer colaboração às organizações que se opunham à ditadura, incentivando a desconfiança e a delação na população em geral.

Como afirmado anteriormente, no Brasil, a Doutrina foi instrumentalizada pela ESG (fundada em 1949). Foi criada com base no modelo do *National War College*, de Washington, que treinava agentes para combater a subversão. De acordo com Ananda Fernandes,

⁵ COMBLIN, Joseph. **A Ideologia de Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p. 14.

⁶ *Ibidem*, p. 55.

O *Nacional War College*, fundado em 1946, teve como objetivo a criação de uma doutrina própria para estudar e aperfeiçoar a política externa norte-americana no contexto da Guerra Fria, através, principalmente, da perspectiva da segurança coletiva. Sediado em Washington e vinculado ao Pentágono, foi um dos responsáveis pela elaboração da Doutrina de Segurança Nacional. As escolas militares na América Latina foram formuladas segundo a inspiração dessa escola de guerra [...].⁷

A ESG objetivava o treinamento de pessoal de alto nível para exercício de funções de direção e planejamento da segurança nacional. Os cursos, no princípio, tiveram maior presença de oficiais militares, mas ao longo dos anos a participação dos civis aumentou.⁸ Um de seus principais teóricos foi o general Golbery do Couto e Silva, que criaria posteriormente o Serviço Nacional de Informações (SNI). Para Golbery, as nações são determinadas por suas condições e posições geográficas. O Brasil estaria destinado a ser uma grande potência e ocuparia um papel de destaque no alinhamento dos países latino-americanos aos interesses dos Estados Unidos.⁹

No Brasil, esta doutrina acabou produzindo, sobre importantes setores da sociedade, um clima de medo e terror. O objetivo não era apenas a eliminação do perigo comunista, mas instaurar também o temor na população em geral, inibindo qualquer oposição ao regime e inculcando uma postura de silenciamento. Entre os mecanismos implementados para obter tal fim, estava a utilização da tortura como método de interrogatório, que gerava um “efeito dissuasivo” na população, originado pela “cultura do medo”:

O uso generalizado e institucionalizado da tortura numa sociedade cria um “efeito demonstrativo” capaz de intimidar os que têm conhecimento de sua existência e inibir a participação política. [...] A evidência da repressão de Estado criou uma “cultura do medo” na qual a participação política equiparou-se ao risco real de prisão e conseqüente tortura. Configurava-se, assim, com toda evidência, um poderoso elemento dissuasivo da prática e da participação política.¹⁰

⁷ FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 41.

⁸ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2005. p. 28.

⁹ FERNANDES, Ananda Simões. Op. Cit, p. 19.

¹⁰ ALVES, Op. Cit, p. 204.

Essa “cultura do medo”, conforme apontado pela autora, possuía três componentes psicológicos: o silêncio, o isolamento e a desesperança. O silêncio era imposto à sociedade pela censura aos meios de comunicação, pelo controle das universidades, teatros, música e da cultura em geral. A população sabia da violência praticada pelo Estado, mas se via impedida de manifestar-se. Isso provocava o isolamento dos grupos que sofriam a repressão e/ou exploração econômica, pois aqueles que poderiam ajudar sentiam-se ameaçados e acabavam paralisados pelo medo. A desesperança cresceu entre a população, e muitos preferiram seguir suas vidas sem engajar-se à oposição ao regime. Esses elementos psicológicos consolidaram essa “cultura do medo” percebido por amplos setores da população – o que contribuiu para que o Estado repressivo se fortalecesse.¹¹

1.2 Os Órgãos de Informações

De acordo com os preceitos da DSN, o cenário brasileiro da ditadura era marcado por uma guerra contra-revolucionária contra o “inimigo interno”, especialmente no plano psicológico:

O inimigo age principalmente no plano psicológico; a ação psicológica é a principal arma do comunismo internacional. A guerra é travada no plano das idéias. A ação do exército atinge portanto, acima de tudo, os campos de batalha escolhidos pelo inimigo: os sindicatos, a universidade, os meios de comunicação, a Igreja. A repressão e o controle visam acima de tudo esses setores. Lutando contra toda idéia crítica, os militares têm a convicção de estarem destruindo o comunismo internacional.¹²

Dessa forma, para combater o inimigo, era preciso antes de tudo conhecê-lo. Os serviços de informação eram fundamentais para estabelecer uma estratégia contra o inimigo. A criação de órgãos responsáveis pela coleta de dados e vigilância da população deu-se meses depois do golpe de Estado. O Decreto-Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, criava o Serviço Nacional de Informações (SNI), cuja chefia ficou a cargo de seu criador, Golbery do Couto e Silva. O SNI tinha por finalidade, conforme disposto no artigo

¹¹ Ibidem, p. 205.

¹² COMBLIN, Joseph. Op. Cit, p.49.

segundo do referido Decreto-Lei, “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional.”¹³ Aos poucos foi criada uma vasta rede de espionagem que cobria o território nacional.

Foram implantados órgãos de informações nos ministérios civis, militares, além das autarquias, fundações e demais órgãos públicos. Nos ministérios militares, os órgãos de informações já existentes – Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) – sofreram reformulações para atuarem no combate à subversão. Segundo Carlos Fico, essas estruturas de informações podem ser caracterizadas como “mistas”, pois além da produção de informações, atuavam nas prisões e interrogatórios.¹⁴

Além da criação de uma rede de espionagem que funcionava através desses órgãos de informação, procurou-se construir uma base legal em afinidade com os princípios da DSN. O Ato Institucional nº 2, decretado em 1965, além de passar à competência de Tribunais Militares os julgamentos de processos de civis acusados de crime contra a segurança nacional, instituía o bipartidarismo, regulamentava as atividades dos cassados e alterava a definição de “inimigo interno” para atingir cada vez mais indivíduos. A Constituição de 1967 legalizava as medidas excepcionais adotadas pelo regime em seu momento inicial e institucionalizava o Estado de Segurança Nacional no país.¹⁵

A Lei de Segurança Nacional, instituída pelo Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967 forneceu sustentação legal para a repressão daqueles que se opunham ao regime. Seus conceitos eram amplos e admitiam o enquadramento de qualquer opositor em seus artigos, permitindo as ações arbitrárias dos agentes repressivos no combate ao inimigo subversivo.

¹³ Decreto-Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4341-13-junho-1964-376645-norma-actualizada-pl.pdf>>. Acesso em 28/10/2012.

¹⁴ FICO, Carlos. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 4. p. 178-179.

¹⁵ FERNANDES, Ananda Simões. Op. Cit, p. 67-68.

O Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968 e sem prazo estipulado para vigência, suspendia a garantia do *habeas corpus* daqueles cidadãos enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Entre outras medidas, atribuía ao Poder Executivo poderes para fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos eleitorais, suspender direitos políticos e decretar Estado de Sítio.¹⁶ O AI-5 inaugurou uma nova fase dentro da ditadura civil-militar, que refletiu nos órgãos de informações, cada vez mais atuantes na batalha contra o “inimigo interno”, conforme aponta Fico:

A partir de 1968, porém, as necessidades de informações do regime militar excediam bastante as demandas iniciais planejadas por Golbery do Couto e Silva. Não se tratava, apenas, de reunir dados indispensáveis ao principal cliente do serviço – o presidente da República – , mas de interagir com a polícia política, isto é, com o sistema de segurança que naquele momento se buscava aperfeiçoar, sob a égide da concepção de “guerra revolucionária”, definitivamente entronizada pelo AI-5 [...]. Portanto, tratava-se de uma necessidade de informações que ultrapassava a indispensável alimentação do sistema de tomada de decisões presidenciais e atingia a auscultação da esfera particular da vida dos cidadãos.¹⁷

Em julho de 1969 teve início o funcionamento da Operação Bandeirantes (OBAN) em São Paulo. Subordinada ao II Exército, contava com suporte da Secretaria de Segurança e auxílio financeiro de empresários, agindo com plena autonomia. Ainda que contasse com apoio oficial, a OBAN não tinha sustentação legal. Esse fato contribuía para uma maior mobilidade de sua atuação na repressão ao “inimigo interno”, incluindo a impunidade quanto aos métodos utilizados. De acordo com Ana Lagôa, “A OBAN foi, na verdade, um ensaio do futuro sistema de operações internas e um teste para a estratégia de combate à luta armada [...]”.¹⁸ Foi essa estrutura que posteriormente inspirou a criação do sistema DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna), organismos oficiais instalados em todo o território nacional.

Os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) eram compostos por representantes do distrito naval, da força aérea, da divisão local de ordem política e social, da agência local do SNI, da Polícia Federal e do Exército. Os CODI faziam o planejamento

¹⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2005. p. 161.

¹⁷ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 76.

¹⁸ LAGÔA, Ana. **SNI: Como nasceu, como funciona**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983. p. 69.

das medidas de defesa interna a serem adotadas. Atuavam no controle e execução dessas medidas e na articulação dos escalões envolvidos.¹⁹

Os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) executavam o “trabalho sujo”. Concebido para o combate à guerrilha urbana, era um órgão mais flexível, possibilitando seu ajustamento às mudanças de estratégia do inimigo. Assim, podiam movimentar pessoal e material de acordo com suas necessidades. Dessa forma, os DOI eram unidades militares *comandadas*, enquanto os CODI eram instâncias de coordenação *dirigidas*.²⁰ A atuação desses órgãos impôs o medo na população. Conforme sublinha Fico, “a principal arma de intimidação do sistema foi a licença implícita que tinham os DOI para torturar.”²¹

O Rio Grande do Sul apresentou uma estrutura peculiar nesse período. A Divisão Central de Informações (DCI) foi instalada em Porto Alegre, subordinada à Secretaria de Segurança Pública. Diferentemente da OBAN, subordinada ao Exército e atuante tanto na produção de informações quanto diretamente nos interrogatórios, a DCI procedia na geração e análise das informações. Os interrogatórios e ações de combate eram executados pelo DOPS. Assinala-se, dessa forma, a distinção entre as funções de “informações” e de “segurança” executadas pelos órgãos. A DCI de Porto Alegre seria substituída pelo DOI-CODI do III Exército somente em 1974.²²

Note-se que o regime militar não só instaurou uma série de órgãos destinados à coleta e processamento de informações, mas também órgãos responsáveis pela repressão de fato ao “inimigo interno”. Procurou, também, cercar-se de instrumentos legais que legitimassem essas práticas. Houve, ainda, a preocupação com a formação dos agentes que atuavam nestes órgãos. Assim, em 1971 foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI), subordinada ao SNI. Ali eram administrados cursos que capacitavam os agentes a atuarem na comunidade de informações. Frequentada inicialmente por militares, cada vez

¹⁹ Idem. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.** Op. Cit, p. 122.

²⁰ Ibidem. p. 123. Grifos do autor.

²¹ Ibidem, p. 134.

²² Ibidem, p. 117-118; 124.

mais teve civis entre seus alunos. A intenção era a transformação gradual do SNI em uma agência civil, aos moldes da CIA estadunidense.²³

1.2.1 O funcionamento da Comunidade de Informações

De acordo com Magalhães, a Comunidade de Informações era formada não só pelo aparato repressivo estatal, mas também por aqueles cidadãos que, voluntariamente, forneciam informações aos órgãos de repressão.

Dentro do quadro funcional que trabalhava para os órgãos repressivos, estavam aqueles que eram considerados a “elite do sistema”: os analistas de informações, formados pela EsNi. Estes, processavam as informações e sugeriam planos de ação, fornecendo suporte aos seus superiores. Em seguida, vinham os interrogadores, que podiam atuar no interrogatório de fato ou dirigi-lo indiretamente. Havia, também, os que desempenhavam função de captadores, responsáveis pelas prisões dos suspeitos. Paralelamente a estas funções, qualquer funcionário poderia atuar como informante. Estes, infiltravam-se entre os grupos considerados inimigos ou simplesmente opositores, com o intuito de obter informação. A suspeita, no entanto, poderia recair sobre qualquer cidadão – dado o conceito elástico de “inimigo interno”. Também existiam os informantes espontâneos, sem ligação direta com os órgãos do governo, mas simpatizantes do regime.²⁴

Nesse sentido, os aparelhos repressivos trabalhavam com uma propaganda política que disseminava a desconfiança no outro e o medo, e incentivava a delação e a colaboração da população com o regime. O cidadão “colaborador” sentia-se parte da comunidade de informações:

E assim, por meio da produção continuada de *notícias* que estão a falar de um perigo iminente, o cidadão comum é convidado a participar da *comunidade de informações*, que lhe dá a um só tempo proteção e sentido para a sua existência, pois pelo menos no

²³ Ibidem, p. 82.

²⁴ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol de. **A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil**. Revista Brasileira de História, vol. 17, nº 34. São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200011>>. Acesso em 06/10/2012. p. 3.

momento da delação ele tem a prazerosa sensação de estar exercendo um poder cuja natureza é idêntica à de seu chefe.²⁵

De acordo com Fico, o material básico da “comunidade de informações” era a informação, ou seja, dados coletados sobre as pessoas consideradas de interesse do regime. A produção dessas informações recebia uma classificação quanto ao grau de fidedignidade da fonte. Os cuidados se davam também na circulação dessas informações dentro da sede dos órgãos de informação e inteligência: os documentos eram classificados de acordo com o grau de sigilo (reservado, confidencial ou secreto).

A matéria-prima dos órgãos, conforme o autor, era o “informe”. Consistia nos dados recolhidos pelos agentes sobre os mais diversos suspeitos. O “informe” era o dado bruto inicial para a elaboração da “informação”. Baseados na “informação”, os órgãos repressivos montavam estratégias de combate ao “inimigo interno” e davam suporte aos demais órgãos, construindo uma rede de informações. No entanto, muitas vezes a produção desse material não era norteadada pela objetividade, mas por impressões pessoais:

A produção dessas informações devia observar alguns princípios básicos: objetividade, oportunidade, segurança, clareza, simplicidade, imparcialidade e outros. Porém, na maioria das vezes, a informação constituía-se num texto bastante subjetivo, vazado no obscuro jargão da comunidade e inteiramente parcial – como não podia deixar de ser.²⁶

Muitas vezes elegia-se o suspeito para providenciar a culpa documentada. É o que Fico chama de “técnica de suspeição”. Anotava-se na ficha do suspeito em questão algum indício e, passado algum tempo, registrava-se mais informações que, muitas vezes, não passavam de suposições. Tal prática exige, da parte do pesquisador, uma atitude de alerta, já que, o uso que era feito dessas informações pelos órgãos repressivos, em muitas ocasiões ultrapassavam o caráter de investigação ou suspeição para transformar-se em acertos de contas pessoais.²⁷

A lógica destes órgãos pressupunha que todos estavam vulneráveis à influência comunista, à subversão e à corrupção:

²⁵ Ibidem, p. 8.

²⁶ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.** Op. Cit., p. 97.

²⁷ Idem. Op. Cit., p. 178-179.

Para um membro da comunidade de informações, nunca era surpreendente encontrar indícios desabonadores quando se investigava alguém. Supunha-se que uma conspiração insidiosa estava em curso (justamente a “escalada do movimento comunista internacional”) e que ela era capaz de envolver incautos, considerados “inocentes úteis”. Deste modo, tomadas inteiramente pela desconfiança sistemática, os agentes de informações desenvolveram algumas técnicas de trabalho capazes de gerar culpados em quantidade compatível com o forte sentimento anticomunista de que estavam tomados.²⁸

O que acontecia, muitas vezes, era a escolha de um culpado para posteriormente providenciar a sua culpa.

1.3 Os órgãos de vigilância no Rio Grande do Sul

Durante as décadas de 1920 e 1930 foram criados os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) em diversos estados do Brasil – órgãos que tinham como função o controle, acompanhamento, monitoramento e vigilância sobre tudo que se referisse à ordem política e social no país. De acordo com a conjuntura internacional e o contexto político brasileiro, modificavam seus alvos e seu raio de atuação. Assim, na década de 1920 vivia-se o rescaldo de uma época marcada por eventos de enorme significado, como a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa. Enquanto isso, no Brasil, ocorriam a fundação do Partido Comunista, as denominadas revoltas tenentistas e as agitações operárias. Dentro desse quadro, consolidava-se a idéia de que o inimigo do sistema vigente era, sobretudo, comunista, fato que seria reforçado com a Intentona Comunista, em 1935. Com a instauração do Estado Novo, o surgimento da Ação Integralista e a Segunda Guerra Mundial, novos grupos e organizações passaram a causar preocupação aos órgãos de informações. Nessa época, o estrangeiro (alemão, italiano, espanhol ou japonês) passou a ser visto como disseminador de ideologias nocivas à segurança do país, principalmente àquelas relacionadas ao nazismo e ao fascismo.²⁹

²⁸ Idem. Op. Cit., p. 100-101.

²⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **DOPS: a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Secretaria do Estado de Justiça, 1993, p. 24

De acordo com Marília Xavier, ainda durante a República Velha, o controle sobre a população era baseado em uma lógica que privilegiava a suspeição, com conceitos imprecisos sobre os inimigos a serem vigiados:

A amplitude do conceito “ordem e segurança pública” e a imprecisão jurídica do que viesse a ser a fronteira entre o crime comum e o crime político, abarcavam, numa caracterização vaga e estereotipada, os causadores da desordem e os chamados “indesejáveis”, protagonizados por termos como subversivos, anarquistas, comunistas, desordeiros, vadios e mendigos válidos. A denúncia do comportamento que condenava o crime “político” consistia em relatórios policiais que, em geral, afirmavam o acusado como “perigoso para a sociedade”. O *modus operandi* do aparelho policial e a manutenção da ordem pública cumpriam-se num ambiente de desconhecimento e despreparo. O conceito de “ordem e segurança pública” se forjaram no interior do agir policial, onde a lógica da suspeição antecedia qualquer possibilidade de embate político.³⁰

Além da atuação dos agentes no recolhimento de informações sobre aqueles que representavam uma ameaça à ordem e a segurança pública, a polícia política exercia a repressão sobre os mesmos. Segundo Xavier,

O termo “polícia política” tem sido utilizado, tradicionalmente, para designar um tipo especial de modalidade de polícia que desempenha uma função preventiva e repressiva na história do Brasil, tendo sido criada com fins de entrever e coibir reações políticas adversas, armadas ou não, que comprometessem a “ordem e a segurança pública”.³¹

Ainda de acordo com a autora, essa polícia política seria resultante de um processo de “especialização” dos órgãos da instituição policial.

No caso do Rio Grande do Sul, o DOPS foi criado em 1937, vinculado à Secretaria Estadual de Segurança Pública. Sua primeira chefia esteve a cargo de Plínio Brasil Milano. Conforme Caroline Bauer, durante sua gestão, Milano estabeleceu contatos com o Federal

³⁰ XAVIER, Marília. **Antecedentes Institucionais da Polícia Política**. In: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **DOPS: a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Secretaria do Estado de Justiça, 1993. p. 35.

³¹ *Ibidem*, p. 32.

Bureau of Investigation (FBI) – agência de inteligência estadunidense – para treinamento de pessoal e aprimoramento do funcionamento do órgão gaúcho.³²

No período entre 1946 e 1964, o DOPS/RS manteve, em relação ao Estado Novo, práticas de polícia política. Em 1959, o então governador do Estado Leonel Brizola, na tentativa de disciplinar os órgãos de segurança da polícia política, ordenou a incineração do fichário e do arquivo do DOPS/RS.³³

Com a instauração do regime civil-militar, houve uma reformulação no órgão, que incluía a militarização da burocracia policial e dos quadros funcionais, bem como das ações da polícia política. Cargos importantes, como o de Secretário de Segurança Pública, passaram a ser ocupados por militares. A partir de 1966, com o Decreto 1772, a estrutura do DOPS/RS foi modificada com a inclusão do Departamento de Informações e Registros, especializado na coleta de informações. Essas mudanças buscavam adequar o órgão ao processo de militarização, reorientando suas práticas às premissas da DSN e estabelecendo uma rede de informações com os demais organismos repressivos.

Os funcionários do quadro eram concursados que faziam parte do funcionamento do DOPS/RS, ligados ao órgão por exercerem cargos públicos. Entre eles estavam os chefes de polícia, delegados, comissários, inspetores, escrivães, fiscais, motoristas, guardas, entre outros.³⁴ De acordo com Bauer, o DOPS/RS não funcionava somente para coleta de informações, mas sua sede, na Av. João Pessoa, em Porto Alegre, também era utilizada como cárcere e local de tortura.³⁵

O inimigo era apresentado aos agentes repressivos como detentor de uma força descomunal, induzindo ao medo e à disposição para o uso da violência. A lógica da suspeição incentivava a delação entre a população.

A lógica da suspeição, no processo de produção de informações, resulta na prática de uma produção preventiva, pois se acumula uma enorme quantidade de informações sobre a vida pública e privada de indivíduos e organizações considerados potencialmente “subversivos”. Sendo assim, a repressão preventiva potencializava

³² BAUER, Carolina Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 - 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 55-56.

³³ *Ibidem*, p. 66.

³⁴ *Ibidem*, p. 79.

³⁵ *Ibidem*, p. 269.

o “processo do terror” através da vigilância e controle cotidiano de toda a sociedade.³⁶

Dentro da estrutura organizacional do DOPS/RS, havia a Divisão de Busca e Coleta de Informações (DBCI), responsável pela produção de informações. Entre suas atribuições estavam a busca e coleta de informes, levantamento de dados e investigações sobre atividades suspeitas relacionadas com a ordem política e social.³⁷

Outra função que cabia ao DOPS era a emissão de “atestados ideológicos”, que consistiam em um “parecer” sobre a posição política do indivíduo. Este tipo de documento era exigido, por exemplo, para a posse em cargos públicos (essa obrigação foi extinta somente em 1980).

Nas delegacias regionais de polícia do interior do Estado foram instaladas as Seções de Ordem Política e Social (SOPS). Eram as Delegacias Regionais de Polícia de Alegrete, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Cruz Alta, Erechim, Lajeado, Lagoa Vermelha, Osório, Rio Grande e Santo Ângelo. Estas recebiam ordens e instruções do DOPS e remetiam à este último as informações coletadas em cada região. Deveriam, também, reportar diariamente a situação política e social de cada localidade. As SOPS, portanto, atuavam principalmente como órgãos de informações, fornecendo ao DOPS os dados obtidos no interior do Estado, possibilitando a ação repressiva deste último (prisões, desaparecimentos e torturas, entre outros) mesmo nas regiões mais distantes.

Em 1982, durante o governo de Amaral de Souza, o DOPS foi extinto. O Decreto 30.702, de 25 de maio de 1982 alterava a redação do Decreto 28.656, de 22 de março de 1979 e eliminava o órgão da estrutura da Polícia Civil. O Secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, João Oswaldo Leivas Job, comunicava que os arquivos do DOPS seriam incinerados nos próximos dois ou três dias. Efetivamente, no dia 27, a documentação foi incinerada em uma olaria da Brigada Militar, em Gravataí, sob forte aparato de segurança. O grande volume de papéis, que chegavam a quase 10 toneladas, foi queimado nos fornos e ao ar livre. Há suspeitas de que essa documentação tenha sido

³⁶ Ibidem p. 85.

³⁷ Ibidem p. 85-86.

microfilmada antes da incineração; porém, apesar do depoimento de um ex-funcionário do DOPS/RS, a localização dos microfimes permanece incógnita.³⁸

Apesar da operação de incineração do arquivo do DOPS/RS, parte da documentação, espalhada entre as delegacias regionais do estado, pôde ser recuperada e reunida novamente em um arquivo:

No ano de 1991, foi encontrada, em uma delegacia do interior do Estado, uma ficha pessoal contendo informações sobre atividades políticas durante o período da ditadura militar do então chefe da Polícia Civil, Newton Muller. Ao tomar conhecimento da descoberta da ficha, Muller determinou que toda a documentação semelhante encontrada em qualquer delegacia do Rio Grande do Sul fosse enviada para a chefia de polícia. O resultado da determinação foi o recebimento de quase 50 caixas-arquivo permanentes, contendo documentos da década de 1930 até 1980, provinda das diversas delegacias regionais de polícia. Essa documentação foi remetida ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e transferida, em 1999, para o recém-criado Acervo da Luta contra a Ditadura, onde se encontra até hoje.³⁹

O Acervo da Luta Contra a Ditadura foi extinto durante o governo Yeda Crusius e todo seu acervo documental passou ao gerenciamento do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). O material que integra esse acervo é composto, portanto, de memorandos, ofícios, pedidos de busca, atestados ideológicos, telegramas, entre outros, trocados entre as diversas SOPS do Estado ou remetidos ao DOPS, na capital, e vice-versa. Dentro dos diferentes grupos que se opunham ao regime militar, considerados ameaça à segurança nacional, destacava-se o movimento estudantil. A atuação da comunidade de informações sobre esse grupo será vista nos capítulos seguintes.

³⁸ Ibidem p. 110-112.

³⁹ Ibidem p. 112-113.

2 A REAÇÃO ESTUDANTIL NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL

O movimento estudantil esteve à frente de diversas manifestações de oposição ao regime instaurado no Brasil em 1964. No mesmo dia do golpe, ocorreram invasões em universidades e prisões de estudantes. As organizações estudantis, tradicionalmente combativas desde governos anteriores, foram às ruas em protesto.

Essa atitude de protesto característica do estudante brasileiro não é apenas fruto de um “espírito anarquista”. De acordo com Arthur Poerner, o estudante brasileiro, desde o início do século XX, é um “oposicionista nato”, decepcionado quanto à maneira como o Brasil foi conduzido ao longo dos anos e imbuído da perspectiva de poder governá-lo de outra forma no futuro.⁴⁰

Partindo desta ideia, o autor afirma que o estudante – e seu espírito combativo – não morre com a formatura. A formação e consciência adquiridas na Universidade são carregadas ao longo da vida, tanto no dia-a-dia quanto no ambiente profissional. Assim, aquele estudante que assumiu certas lutas, posições e campanhas, não deixará, quando for advogado, médico ou exercer qualquer outra profissão, de se opor às injustiças, de denunciá-las e assumir atitudes contestatórias.⁴¹

Essa postura da juventude, de não resignar-se, impulsionou os estudantes a lutar contra as restrições que a ditadura tentou lhes impor. O regime militar, como veremos, buscou sufocar qualquer manifestação estudantil, munindo-se de instrumentos como uma legislação repressiva que tinha como alvo específico estudantes e professores.

2.1 A Legislação sobre os Estudantes

⁴⁰ POERNER, Artur José. **O Poder Jovem. História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 32.

⁴¹ *Ibidem.* p. 33-34.

A tradição de lutas e reivindicações, característica do movimento estudantil brasileiro, causou preocupação e originou medidas restritivas por parte da ditadura. Ao longo dos anos, leis e decretos foram promulgados para restringir as ações contestatórias dos estudantes em todo o país. A primeira delas ficou conhecida pelo nome de seu autor – a Lei Suplicy – e atingia especialmente a União Nacional dos Estudantes (UNE).

A Lei nº 4464, de 9 de novembro de 1964 extinguiu não só a UNE, mas também as Uniões Estaduais dos Estudantes, as Federações Universitárias, os Centros Acadêmicos, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas e os Grêmios Estudantis⁴². Ligadas ao Ministério da Educação, foram criados os seguintes órgãos representativos: Diretório Acadêmico (DA), Diretório Central de Estudantes (DCE), Diretório Estadual de Estudantes (DEE) e o Diretório Nacional de Estudantes (DNE).

De acordo com Poerner, as medidas instituídas pela Lei Suplicy objetivavam extinguir a autonomia dos órgãos representativos estudantis:

A Lei Suplicy de Lacerda visou, especialmente, a extinção do movimento estudantil brasileiro. Para acabar com a participação política dos estudantes, a lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as entidades estudantis. Em todos os escalões, ao transformá-los em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes em verbas e orientação. [...] Na regulamentação das entidades estudantis, feita inteiramente à revelia dos estudantes e sem qualquer consulta a eles, a Lei Suplicy de Lacerda tornava possível a convocação do Diretório Nacional dos Estudantes pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Federal de Educação, ferindo, assim, o mais elementar princípio de funcionamento de uma entidade de representação – o direito de autonomia.⁴³

Além disso, destaca-se o artigo 14 desta lei, que proibia qualquer manifestação política dos estudantes:

Art. 14 – É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário,

⁴² CARRION, Raul. **A ditadura não foi uma criação de “homens maus”**. In: BARBOSA, Vânia M; FERNANDES, Ananda Simões; LOPEZ, Vanessa Albertinence; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória**. Porto Alegre: Corag, 2010. Vol. 2. p. 56.

⁴³ POERNER, Artur José. Op. Cit., p. 231.

bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.⁴⁴

A Lei Suplicy, contudo, resultou num efeito contrário, pois mobilizou os estudantes na luta pela sua revogação. Um plebiscito realizado no ano seguinte revelou que 92,5% posicionavam-se contrários à ela.⁴⁵

As medidas adotadas pelo regime militar, portanto, não conseguiram sufocar o movimento estudantil; entidades paralelas foram mantidas, mesmo consideradas ilegais e manifestações e passeadas em repúdio ao governo continuaram ganhando força. Em 1967, mais um Decreto que reformulava a organização da representação estudantil foi promulgado. O Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 acabou com todas as entidades estudantis gerais, inclusive com o DNE. Entre outras medidas, proibia manifestações político-partidárias, raciais ou religiosas e estabelecia que, nos estabelecimentos de ensino de grau médio, os grêmios seriam constituídos com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas.⁴⁶

Permanecia a tentativa de restringir as atividades estudantis à esfera das escolas e universidades, distanciando-as do cenário político do país. Após a institucionalização da repressão estabelecida através do AI-5, tornou-se cada vez mais difícil a articulação de grandes manifestações estudantis. No entanto, a legislação continuou atingindo os estudantes.

O Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, definia as infrações disciplinares cometidas por professores e alunos, bem como estabelecia as respectivas punições. Cometeriam infrações aqueles que incitassem paralisações de atividades ou organização de passeatas, confeccionassem “material subversivo” ou que usasse a “dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública”⁴⁷, entre outros.

⁴⁴ Lei nº 4464, de 09 de Novembro de 1964. Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128637/lei-4464-64>>. Acesso em 27/11/2012.

⁴⁵ DELLA VECHIA, Renato da Silva. **O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no período da redemocratização: As tendências estudantis e seu papel (1977-1985)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 118.

⁴⁶ Decreto-Lei nº 228, de 28 de Fevereiro de 1967. Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126145/decreto-lei-228-67>>. Acesso em 27/11/2012.

⁴⁷ Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10477.htm>. Acesso em 22/10/2012.

Qualquer atividade de oposição poderia ser, portanto, considerada subversiva e, conseqüentemente, enquadrada nos dispositivos do referido Decreto-Lei. A vigilância dos órgãos de informações recaiu sobre estes estudantes, como podemos ver na Ordem de Busca que o DOPS/RS fez circular entre as delegacias regionais:

1 – DADOS CONHECIDOS

1.1 – Após a vigência de Dec-Lei 477/69, que disciplina no meio estudantil a pregação político-partidária, diversos estudantes foram atingidos, tendo alguns sido expulsos e outros suspensos temporariamente.

[...]

2 – DADOS SOLICITADOS

2.1 – Relação dos estudantes atingidos pelo Dec-Lei 477/69 nas Faculdades Federais e Particulares do Estado;

2.2 – Na relação deve constar a Faculdade ou curso de relacionamento;

2.3 – Solicita-se urgência no atendimento.⁴⁸

No documento consta, ainda, a relação de 18 estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) atingidos pelo Decreto-Lei 477/69. Nota-se que, desde o início do regime civil-militar, a atuação dos estudantes foi cada vez mais sendo restringida através dos instrumentos legais; qualquer manifestação política era prevista na lei como uma transgressão. Primeiramente, a legislação se encarregou de inibir a ação dos órgãos representativos. Mas, o Decreto-Lei 477/69, no entanto, avançava, atingindo, também, as iniciativas individuais dos estudantes nos estabelecimentos de ensino.

2.2 A Reação do Movimento Estudantil

Desde os primeiros dias do golpe de 1964, o movimento estudantil foi alvo do novo governo sofrendo diversas intervenções. Universidades e órgãos representativos estudantis foram invadidos e diversos estudantes foram presos como resultado das primeiras ações dos militares.

⁴⁸ **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.** Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.2.1963.25.7. Cachoeira do Sul, 27 set 1973. Mantida a ortografia original.

Um dos casos mais graves foi o desmantelamento da Universidade de Brasília (UNB). Nesta época, a Universidade possuía um prometo inovador e arrojado e uma estrutura diferente das outras universidades. Seu currículo foi considerado pelo militares como subversivo e de inspiração comunista, o que resultou na invasão dos prédios da instituição e na prisão de professores e membros das organizações estudantis, além da substituição do reitor Anísio Teixeira. Em solidariedade, mais de 200 professores pediram demissão, permanecendo apenas 15 na Universidade.

A sede da UNE, no Rio de Janeiro, também sofreu represálias, sendo invadida por tropas e incendiada ainda no dia 1º de abril, quando centenas de estudantes foram detidos. Mesmo extinta, a UNE reorganizou uma estrutura paralela e continuou realizando seus congressos e assembleias clandestinamente. Conforme aponta Moreira Alves, a UNE teve grande apoio dos estudantes e desenvolveu táticas para realizar, mesmo que clandestina, ações de oposição ao regime:

A UNE continua a contar com amplo apoio dos estudantes, mobilizando-os em número cada vez maior para as várias atividades que patrocinava. A primeira tática adotada foi a de promover pequenos e rápidos comícios conhecidos como “comícios-relâmpago” para mostrar à população que o movimento subsistia e evitar confronto direto com as forças de segurança. À medida que aumentava o número de militantes, mudaram as táticas de organização; o movimento estudantil começou a promover grandes passeatas nas ruas das principais cidades, especialmente o Rio de Janeiro. O objetivo era obter o apoio das camadas mais amplas da população – a classe média e os trabalhadores de escritório.⁴⁹

Algumas reivindicações do meio estudantil permearam as passeatas por todo o Brasil. Em 1966, o movimento estudantil denuncia a intervenção norte-americana na educação brasileira. Promove, também, o boicote ao pagamento das anuidades (instituídas naquele ano) não apenas pelo valor delas, mas

pelo que simbolizava em termos de cumprimento da orientação norte-americana de privatizar o ensino brasileiro, mediante a transformação das Universidades federais e estaduais e dos colégios públicos secundários [...] em fundações.⁵⁰

⁴⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 142-143.

⁵⁰ POERNER, Artur José. Op. Cit., p. 267.

A estes protestos somava-se a questão dos estudantes que passavam no vestibular, mas não conseguiam ingressar na universidade por falta de vagas – conhecidos como excedentes –; esta reivindicação teve adesão em todo país. Além disso, a oposição aos acordos MEC-USAID levou novamente os estudantes às ruas em manifestações.

Estes acordos foram estabelecidos entre o Ministério da Educação e Cultura brasileiro e a United States Agency for International Development, dos Estados Unidos, tendo como objetivo reformar o sistema universitário do Brasil, com a finalidade de privatizar as instituições de educação e privá-las de autonomia. As comissões de planejamento eram majoritariamente compostas de técnicos estadunidenses, que estabeleceriam diretrizes para a política educacional, educação agrícola e produção de livros-textos no Brasil.⁵¹ Incentivavam a criação de cursos técnicos e profissionalizantes, em detrimento daqueles relacionados à área de ciências humanas; como reflexo dessas políticas, foram criadas disciplinas de Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) no 1º grau, 2º grau e Ensino Superior, respectivamente.⁵² Disciplinas como Filosofia e Sociologia foram suprimidas e as aulas de História e Geografia tiveram sua carga horária reduzida. O objetivo era preparar para o mercado de trabalho, sem desenvolvimento de uma consciência crítica nos alunos.

A crescente mobilização nacional em torno destas questões estudantis registrou a participação cada vez maior dos estudantes secundaristas, que constituíam, segundo Poerner, uma verdadeira “linha dura” do movimento estudantil:

Quantitativamente, os secundaristas (1.819.000, segundo o senso escolar de 1964) eram muito mais importantes do que os universitários (137 mil, pelo mesmo censo). Além disso, eles não padeciam do medo de se “queimar”, que acometia muitos universitários quando, às vésperas da formatura, começavam a se preocupar com a conquista de um lugar ao sol na sociedade que tanto combateram. A crescente participação política secundarista era, sob esse prisma, bastante promissora, pois indicava, claramente, que um número cada vez maior de jovens tendia a se integrar na luta do povo brasileiro pela sua emancipação nacional e social. Ela demonstrava também, no mais alto grau, o caráter de generosidade e sadia inquietação da juventude brasileira.⁵³

⁵¹ ALVES, Maria Helena Moreira. Op. Cit., p. 142.

⁵² DELLA VECHIA, Renato da Silva. **O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no período da redemocratização: As tendências estudantis e seu papel (1977-1985)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2011. p. 123.

⁵³ POERNER, Artur José. Op. Cit., p. 286.

Cada vez mais atuante entre os setores que se opunham ao regime, os estudantes passaram a ser vistos como elementos de alta periculosidade para a segurança nacional, tidos como “inimigos internos” da nação. Ser estudante era o equivalente, para os órgãos repressivos, a ser “subversivo”.⁵⁴

Em 1968, o movimento estudantil esteve à frente dos grandes movimentos de massa por todo Brasil. O acontecimento que levou milhares de jovens às ruas teve início no protesto ao fechamento do Restaurante Calabouço em 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro, que destinava-se a proporcionar refeições a preços acessíveis aos estudantes com baixa renda. No enfrentamento, a Polícia Militar abriu fogo contra os estudantes – o que resultou na morte do secundarista Edson Luís de Lima Souto.

A morte do secundarista mobilizou não somente os estudantes, mas promoveu a integração com a população em geral. Os órgãos de informações divulgavam informações que buscavam desqualificar Edson Luis, entre a comunidade de informações.

O DOPS agiu rápido, tentando desconstruir a biografia do estudante morto, como consta no seguinte documento de circulação interna da rede do SOPS:

Informação n° 704/68

Este Serviço transcreve abaixo, a notícia publicada no Jornal do Brasil de 04 Mai 68:

ANTECEDENTES REVELAM QUEM ERA EDSON LUIS

A Secretaria de Segurança Pública da Guanabara recebeu, de sua congênere do Pará, informações sobre a vida do jovem EDSON LUIS DE LIMA SOUTO, morto durante o conflito entre estudantes e Polícia no Restaurante do Calabouço.

Segundo a ficha, Edson Luis registrava péssimos antecedentes no Estado do Pará, onde foi matriculado no Instituto Lauro Sodré, em 1961, sendo excluído por má conduta no dia 21 de dezembro do ano seguinte, e, depois internado no Educandário Nogueira Faria, na Ilha Cotijuba, no mesmo Estado, especializado em reeducação de menores delinquentes, de onde também foi expulso.⁵⁵

Milhares de cidadãos foram às ruas, sensibilizados pela morte do estudante; tais manifestações reuniram artistas, intelectuais, líderes sindicais, políticos e a população em geral. Em junho, as manifestações resultaram na “Passeata dos Cem Mil”, que tomaram

⁵⁴ Ibidem. p. 218-219.

⁵⁵ **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.** Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1.2.959.11.4. Porto Alegre, 16 ago 1968. Mantida a ortografia original.

as ruas do Rio de Janeiro, mas também de diversas cidades brasileiras. À medida que a violência contra os estudantes se intensificou, setores da classe média se somaram às mobilizações.

O movimento estudantil seguia, nesta onda, sua luta contra as medidas governamentais e práticas repressivas promovidas pelo Estado. Em outubro de 1968, a UNE organizou, clandestinamente, seu 30º Congresso para escolha de novos dirigentes. Ibiúna foi a cidade escolhida para sediar a reunião – um pequeno município no interior de São Paulo.

A chegada de mais de mil estudantes ao local chamou a atenção dos moradores, desacostumados àquela movimentação. De acordo com Poerner, logo descobriu-se que Ibiúna não era o lugar adequado para o Congresso:

Quem conhece o interior brasileiro entenderá facilmente por que: com suas aparências e trajes informais (barbas, cabelos longos, roupas modernas e coloridas), os jovens chamaram sobre si as atenções dos pacatos moradores de Ibiúna, onde o súbito acréscimo de mil habitantes – ainda que temporários, por dois ou três dias – provocou sensíveis modificações. O padeiro da localidade, por exemplo, logo percebeu que teria que produzir mais pães, e o mesmo se deu com os outros comerciantes de gêneros alimentícios.⁵⁶

As autoridades policial-militares logo souberam da reunião dos estudantes naquela cidade e cercaram o local. Centenas de estudantes foram presos, inclusive suas principais lideranças. O fato teve grande impacto sobre o meio estudantil, cujo movimento sofre uma desaceleração em virtude do acontecimento.

O ano de 1968 terminou com o Ato Institucional nº 5, que sufocou mais ainda a oposição e aumentou a repressão. Nesse ponto, diversos líderes estudantis se viram impelidos à clandestinidade, e muitos aderiram à luta armada como novo rumo na luta contra a ditadura. A mobilização da direita tomou força e ganhou espaço nas entidades estudantis, contribuindo para a contenção do movimento estudantil, conforme Carlos Alberto Tejera De Ré, estudante do Colégio Júlio de Castilhos, de Porto Alegre:

[...] perdemos a UGES em um congresso, em Santa Rosa, para uma mobilização da direita que incluiu até aviões da Força Aérea Brasileira no transporte de delegados; mesmo assim, perdemos por poucos votos, pois tínhamos feito um bom trabalho nas entidades se-

⁵⁶ POERNER, Artur José. Op. Cit., p. 303.

cundaristas. Daí, a nossa caminhada em direção à luta armada se dá de forma bastante rápida. Se o ano de 1968 tinha sido de grandes mobilizações, o ano de 1969, já com a aprovação do AI-5, encontra o movimento estudantil em situação de refluxo. A prioridade passava a ser, novamente, a organização da luta armada.⁵⁷

2.2.1 Os Estudantes Gaúchos

O movimento estudantil no Rio Grande do Sul teve grande atuação dos universitários e secundaristas, através da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES). Em Porto Alegre, o Colégio Júlio de Castilhos – conhecido como Julinho – reuniu muitas lideranças estudantis na luta contra a ditadura. Essa não era, contudo, a única reivindicação dos estudantes, que viviam um período de mudança de comportamentos, revolução sexual e feminismo, entre outras transformações.

Durante o ano de 1966, uma grande onda de manifestações toma conta do país. Cláudio Gutierrez, estudante do Julinho neste período, ressalta esse aspecto interessante desse processo consciente das organizações como um processo natural de movimento de massas, com ondas que repercutem em todo o Brasil. Conforme ele aponta, isso ocorria numa época em que os meios de comunicações e redes sociais – que atualmente mobilizam milhares de pessoas quase instantaneamente – ainda não permitiam convocar rapidamente multidões de estudantes.⁵⁸

Em março de 1967, o DCE da UFRGS foi fechado; um mês depois, o Grêmio Estudantil do Julinho também sofreu intervenção. Isso gerou um processo de resistência por parte dos secundaristas, que montaram uma barraca na praça em frente ao Colégio e criaram um Grêmio Livre. Os secundaristas organizaram, então, uma manifestação que reuniu vários Colégios e contou também com o apoio dos universitários. Carlos Alberto Tejera de Ré relata sua participação:

A lembrança mais importante que guardo deste momento foi a primeira manifestação da qual participei na Praça da Matriz, em

⁵⁷ TEJERA DE RÉ, Carlos Alberto. “**Você sabe bem o que está fazendo, filho?**”. In: BARBOSA, Vânia M; FERNANDES, Ananda Simões; LOPEZ, Vanessa Albertinence; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). Op. Cit., p. 166.

⁵⁸ Cláudio Antonio Weyne Gutierrez. Entrevista realizada pela autora em 03/11/2012.

frente à Assembleia Legislativa, quando lutávamos contra o acordo MEC-USAID, que ameaçava o ensino público e gratuito. Fomos entregar na Assembleia Legislativa um documento da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre (UMESPA) ao deputado Pedro Simon junto com um abaixo-assinado pleiteando a manutenção da gratuidade de ensino. A manifestação que saiu da frente do Júlio de Castilhos, integrada por secundaristas do Julinho, Parobé, Infante Dom Henrique, Aplicação, entre outros, encontrou-se com a manifestação dos universitários. Subimos até a Praça da Matriz, quando fomos cercados pelo Grupo de Operações Especiais (GOE) e pela polícia de choque da Brigada Militar. Fomos obrigados a correr e nos dispersar; uns em direção à Assembleia, outros em direção à Catedral Metropolitana. Estive entre estes últimos. Dentro da Catedral, fomos espancados.⁵⁹

Cláudio Gutierrez também descreve o que ocorreu no interior da Catedral Metropolitana:

Quando acontece a repressão, o pessoal que está na passeata, vai se refugiar; correm pra tudo que é lado. Mas um lado que vai concentrar muita gente é o lado da Catedral. E como a Catedral está aberta, os caras entram batendo, à cavalo. [...] A Brigada de Choque continua reprimindo dentro da Catedral. [...] Tem um bando de estudantes dentro da Catedral e os caras descendo o “cacete”. Vai haver repercussão nacional, até internacional, da nossa passeata.⁶⁰

Os acontecimentos resultam na expulsão da antiga diretoria do Grêmio Estudantil do Julinho. A repressão sobre os estudantes aumenta. Agentes infiltrados nas salas de aula vigiavam alunos e professores, e os próprios colegas de aula contribuíaam espontaneamente com as delações.⁶¹ Muitos alunos foram chamados a depor no DOPS/RS. A proximidade deste órgão, instalado próximo ao Julinho, facilitava o monitoramento dos estudantes.⁶²

O ano de 1968, como visto anteriormente, levou milhares de estudantes às ruas. Os órgãos repressivos, que mantinham informes sobre as manifestações estudantis circulando

⁵⁹ TEJERA DE RÉ, Carlos Alberto. “**Você sabe bem o que está fazendo, filho?**”. In: BARBOSA, Vânia M; FERNANDES, Ananda Simões; LOPEZ, Vanessa Albertinence; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). Op. Cit., p. 161-162.

⁶⁰ Cláudio Antonio Weyne Gutierrez. Entrevista realizada pela autora em 03/11/2012.

⁶¹ FERNANDES, Ananda Simões; PADRÓS, Enrique Serra. **Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de chumbo” no Rio Grande do Sul.** In: BARBOSA, Vânia M; FERNANDES, Ananda Simões; LOPEZ, Vanessa Albertinence; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). Op. Cit., p. 38

⁶² Cláudio Antonio Weyne Gutierrez. Entrevista realizada pela autora em 03/11/2012.

entre as delegacias regionais do Rio Grande do Sul, relatavam uma movimentação organizada pelo Julinho em 23 de junho de 1968 da seguinte forma:

Ao retornarem da praça, na Rua Voluntários da Pátria, a Brigada Militar fez sua intervenção para dissolver os manifestantes; sendo que um sargento da BM, de nome Jesus, foi espancado pelos estudantes, os quais foram detidos. Iniciou-se então as cenas de [ilegível] entre os estudantes e milicianos, sendo que muitos dos agitadores estavam armados com porretes e pedras. Várias detenções ocorreram sendo que [ilegível] dos detidos era do Rio de Janeiro e Secretário da extinta União Nacional dos Estudantes – “U.N.E”.⁶³

Os protestos estudantis eram vistos como atos de violência praticados por “agitadores”. Novamente, o estudante é tido como um perigo a ser combatido pelos órgãos de informações.

Outra característica do movimento estudantil gaúcho foi a participação muito forte não só da esquerda, mas também da direita estudantil. No meio universitário, o DEE era comandado por um movimento estudantil de direita organizado. Recebendo apoio do governo, promovia atividades esportivas, festivas e culturais, realizando Fóruns e Seminários onde palestravam convidados comprometidos com o regime militar.⁶⁴ Segundo Della Vecchia⁶⁵, estes eram instrumentos de disputa ideológica construídos pela ditadura militar em torno dos estudantes. O cenário desta luta de dava na disputa pelo controle dos DCEs.

O apoio do regime militar às entidades estudantis de direita buscava restringir as atividades estudantis, incentivando apenas atuações de cunho culturais e específicas das escolas e universidades. Essas ações ocorreram não apenas no Rio Grande do Sul, mas também em todo o país, com a criação de Projetos de abrangência nacional, que tentavam mostrar aos estudantes uma imagem positiva do Brasil.

2.3 Projeto Rondon e Operação Mauá

⁶³ **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.** Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1.4.1861.21.8. Porto Alegre, 18 jul 1968. Mantida a ortografia original.

⁶⁴ DELLA VECHIA, Renato da Silva. **O papel desempenhado pelo Diretório Estadual de Estudantes no Rio Grande do Sul.** Anais do Seminário Nacional Sociologia e Política. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2011/9_392.pdf>. Acesso em 24/11/2012. p. 6.

⁶⁵ *Ibidem.* p. 6.

Durante o regime militar foram criados projetos que buscavam alinhar os estudantes universitários às propostas governamentais. Instituídos em níveis estaduais e nacionalmente, os mais conhecidos foram o Projeto Rondon e a Operação Mauá.

Criado em 1968, o Projeto Rondon seria “uma continuação da obra da Comissão Rondon, grupo que, de 1900 a 1930, chefiados pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, realizou a expansão para o Oeste das linhas telegráficas brasileiras”⁶⁶. O Projeto levava estudantes ao interior do Brasil, onde possibilitava o exercício prático dos estudos ao mesmo tempo em que fornecia assistência às populações carentes de áreas desertas. Seu lema era “integrar para não entregar”, ou seja, buscava cativar a juventude – aliando propaganda do regime e aprendizado prático – e afastá-la do “perigo comunista”.

De acordo com Niedja Portugal, a seleção dos estudantes para integrar o Projeto levava em consideração o histórico do candidato:

A seleção era feita através da análise dos históricos dos candidatos e entrevista. Após a seleção, os estudantes selecionados passavam por um breve treinamento. Uma vez em campo, eles passariam a executar o trabalho para o qual foram selecionados. Para cada operação do Projeto Rondon eram selecionados estudantes de determinados cursos, de acordo com a necessidade local: Medicina, Odontologia, Enfermagem, Serviço Social, Agronomia, Ciências Sociais, dentre outros. O Ministério da Defesa, órgão federal por trás do Projeto, fazia a seleção conjuntamente com a universidade, e era responsável pelo transporte dos universitários, enquanto a Prefeitura do Município beneficiado pela visita garantia alimentação e hospedagem.⁶⁷

Ainda de acordo com a autora, o caráter assistencialista do Projeto limitava-se a prestar atendimento à população, muitas vezes sem transmitir o conhecimento. Sem a análise do ambiente, não era possível refletir sobre as causas dos problemas enfrentados pelas comunidades; o Projeto buscava apenas prestar assistência à elas.⁶⁸

Outro programa com foco no meio universitário, talvez de menor impacto, era a Operação Mauá. Teve inspiração na figura do Barão de Mauá, empresário do século XIX que se empenhou pela industrialização do país. Novamente, a ideia era mostrar um Brasil

⁶⁶ PORTUGAL, Niedja Lima Torres. **Estudantes em movimento (Fortaleza, 1969-1979)**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2008. p. 66.

⁶⁷ Ibidem. p. 67-68.

⁶⁸ Ibidem. p. 69.

tecnológico e desenvolvido aos estudantes, que eram levados a conhecer as grandes indústrias que moviam a nação. Niedja Portugal ressalta que:

A Operação Mauá tinha como intuito mostrar para os estudantes as grandes empresas em atuação no país, especialmente aquelas empresas do governo ou subvencionadas por ele. Enquanto o Projeto Rondon se voltava a prestar uma ajuda a um Brasil esquecido e atrasado, a Operação Mauá mantinha seu foco no Brasil que dava certo, que crescia economicamente, que era responsável por um grande salto tecnológico no país. A Operação Mauá trabalhava com o Brasil do futuro que os militares queriam construir ainda no presente.⁶⁹

A Operação Mauá, portanto, tinha no estudante mais um expectador. Neste caso, não atuava diretamente, mas apenas aprendia e observava durante as visitas.

Embora não seja objetivo do trabalho avaliar a presença de organizações de direita no interior do movimento estudantil, deve-se registrar a sua atuação e articulação, colaborando e sendo parte ativa do regime na limitação do espaço dos grupos de esquerda bem como no seu combate político. Portanto, como podemos perceber, o campo estudantil foi um cenário de disputas entre direita e esquerda. Quanto ao governo, além de vigiar e reprimir aqueles que manifestavam qualquer tipo de descontentamento, oferecia apoio às organizações direita e também procurava atrair, por meio de projetos assistencialistas que buscavam silenciar qualquer forma de protesto, parte daquela massa de estudantes cujas convicções políticas não se manifestavam com muita intensidade ou simplesmente se mantinham alheios aos grandes confrontos e tensões características deste período.

⁶⁹ Ibidem. p. 70-71.

3 O MOVIMENTO ESTUDANTIL SOB A ÓTICA DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÕES

O movimento estudantil constitui-se em uma das maiores forças de oposição ao regime civil-militar brasileiro. Os órgãos de informações preocuparam-se em coletar grande número de informações sobre os estudantes – tanto secundaristas quanto universitários. Além dos aspectos políticos das reivindicações estudantis, a preocupação também recaía sobre os aspectos morais da conduta dos jovens, tidos como suscetíveis às influências comportamentais e doutrinárias do período.⁷⁰

A agitação estudantil era vista pelo regime militar como um perigo. Entendia-se que o estudante deveria restringir suas lutas ao ambiente escolar, sem articulações políticas. Artur Poerner, ao falar da suspensão das manifestações estudantis no período posterior ao AI-5, ressalta a idéia securitista de que “estudante é para estudar”:

[...] a longa interrupção das manifestações, por força da repressão que se seguiu ao Ato Institucional nº 5, havia instalado, em alguns espíritos mais desavisados, a suposição de que a ditadura conseguira, afinal, impor o seu próprio modelo de universidade e de universitário: uma universidade e um universitário inteiramente distantes e alienados dos problemas do seu país e do seu povo. Ou seja, o cínico modelo de “estudante é para estudar e padre para rezar”, estudo e reza equivalendo, no caso, ao total alheamento em relação à realidade de fome, doença, miséria e analfabetismo que atinge o Brasil.⁷¹

Em seguida, o autor argumenta que o fato da repressão atingir não somente os estudantes, mas também outros setores da sociedade, demonstra a “impossibilidade da dissociação dos problemas estudantis da problemática mais ampla e geral em que se inserem”.⁷²

O Rio Grande do Sul, diferentemente dos outros estados, teve uma parcela do movimento estudantil que apoiou o regime militar ao longo de sua duração. O Diretório Estadual de Estudantes atuava como uma direita organizada, inserida na disputa ideológica de

⁷⁰ FICO, Carlos. Op. Cit., p. 187.

⁷¹ POERNER, Artur José. Op. Cit., p. 308-309.

⁷² Ibidem. p. 310.

suas posições no meio universitário.⁷³ A entidade, com suporte do governo, mantinha uma política assistencialista e de caráter recreativo, conforme assinala Della Vechia:

Analisando a trajetória do DEE, é possível percebermos a manutenção, ao longo das gestões, de uma política assistencialista (assistência médica e odontológica em sua sede; criação de uma livraria com descontos nos preços, convênio com seguradora para caso de acidentes pessoais, etc). Como também a preocupação em organizar atividades esportivas e festivas (escolha das mais belas estudantes, etc.) e atividades de formação política que sempre tiveram uma preocupação ideológica na seleção dos palestrantes.⁷⁴

Ainda sobre a direita estudantil, o autor afirma que

Essa preocupação permanente em centrar suas ações em questões específicas dos estudantes (e mesmo assim sem nunca se contrapor aos interesses das reitorias) e denunciar as reivindicações não corporativas como fruto de interesses políticos externos à universidade sempre foi uma marca forte da direita estudantil.⁷⁵

A postura tomada por estes estudantes refletia, portanto, o conceito que o regime militar tinha sobre as ações desejadas para o movimento estudantil.

3.1 Os Arquivos Repressivos

A utilização da documentação de órgãos de informação, tais como o DOPS/RS, como fonte de pesquisa, exige alguns cuidados. Primeiramente, é necessário distinguir os *arquivos da repressão (arquivos repressivos)* dos *arquivos sobre a repressão*.

O acervo das SOPS, localizado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, pode ser caracterizado como um arquivo da repressão. Ele apresenta a documentação trocada entre as diversas Seções dentro do Rio Grande do Sul e o DOPS, na capital. Inclui ofícios, memorandos, Pedidos de Busca, radiogramas, manuais e cartilhas sobre vigilância e busca de informações sobre o inimigo, entre outros documentos. O material contido neste arquivo

⁷³ DELLA VECHIA, Renato da Silva. Op. Cit., p. 206.

⁷⁴ Ibidem. p. 210.

⁷⁵ Ibidem. p. 212.

foi elaborado e produzido pelos agentes atuantes nos órgãos de informações durante o período da ditadura militar. Segundo a definição de Catela:

[...] llamamos archivos de la represión al conjunto de objetos secuestrados a las víctimas o producidos por las fuerzas de seguridad (policías, servicios de inteligencia, fuerzas armadas) en acciones represivas (allanamientos, persecución, secuestros, tortura, desaparición, asesinatos, etc.) perpetrados durante las últimas dictaduras militares en los países del Cono Sur⁷⁶.

Este tipo de arquivo diferencia-se daquele conhecido como “arquivo sobre a repressão”, que reúne material organizado pelas vítimas do regime militar e pelas organizações de direitos humanos.

A documentação contida nas duas espécies de arquivos revela episódios particulares ou impressões dos órgãos de segurança sobre os indivíduos por eles considerados suspeitos. Catela atenta para os cuidados necessários ao lidar com este tipo de documento no que diz respeito à exposição pessoal e à questão da intimidade, que muitas vezes está revelada no documento. A autora alerta que:

La publicidad de este tipo de papeles necesariamente impone un debate serio respecto a la diferenciación de esos documentos, a la necesidad de preservar al honor y la intimidad de las personas y a imponer plazos más extensos para su publicidad o controles al acceso⁷⁷.

Essa questão, portanto, é uma ressalva a ser observada quando se pesquisam documentos e arquivos repressivos. Gera, também, uma situação delicada para o acesso às fontes, pois a abertura de arquivos que contém tal matéria sensível, não pode violar a intimidade dos cidadãos.

No que diz respeito ao arquivo repressivo utilizado como fonte para esta pesquisa – que reúne a documentação produzida pelos órgãos de informação no Rio Grande do Sul –, ele nos permite compreender a lógica da desconfiança que norteava as ações do Estado. Nesse sentido, Beatriz Kushnir ressalta que estes documentos não devem ser tomados co-

⁷⁶ CATELA, Ludmila da Silva & JELIN, Elisabeth (comps.). Op. Cit., p. 209-210.

⁷⁷ Ibidem. p. 212-213.

mo a verdade a respeito da vida de um indivíduo.⁷⁸ Até porque, em muitos casos, contém informações obtidas através de meios totalmente abjetos e discutíveis (inclusive, como o fomento à delação e o uso da tortura). Portanto, um cuidado que deve ser tomado é o confronto necessário com outras fontes⁷⁹.

Sobre os arquivos repressivos, Carolina Bauer ressalta algumas peculiaridades da documentação produzida pelo DOPS/RS, que geralmente não trazem explícitas as práticas de terrorismo de Estado:

É importante ressaltar que, tão relevante quanto o conteúdo dessas fontes, a própria existência da fonte em si já revela uma prática policial. Ou seja, a existência de um relato de um informante sobre uma reunião clandestina, revela a prática de haver agentes infiltrados em reuniões para coleta de informações sobre as organizações de esquerda; em alguns casos, a simples existência de um determinado manual, informe ou relatório, traduz a prática de determinada ação repressiva, como a instrução para o depoimento ou vigilância constante de pessoas potencialmente suspeitas.⁸⁰

Na análise da documentação, portanto, é preciso buscar aquelas informações que não estão evidentes. O fato de que não foi possível a preservação de todos os documentos – a maioria foi queimada ou destruída – revela também a prática de ocultação que permeava as ações destes órgãos.

Beatriz Kushnir, de novo, afirma que, através da análise documental, podemos entender a lógica de funcionamento do órgão que produziu a documentação, já que as informações ali contidas foram reunidas sob a ótica da polícia:

Se, por um lado, [o acervo do Dops] tem como objetivo identificar o “fichado” no mundo, por outro, trata-se de um arquivo que explicita o universo do outro a partir da lógica interna do seu titular, ou seja, da perspectiva da Polícia. Assim, seu acervo permite tanto reconstituir uma história do “fichado”, a partir da perspectiva do agente policial, como a do “fichador”; mas a ótica que deve dirigir a consulta deve ser a do “fichador”. E esse modo como ele vê o mundo e o “fichado” é o que compõe o material do Dops.⁸¹

⁷⁸ KUSHNIR, Beatriz. **Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do Dops – RJ e SP)**. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias Silenciadas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002. p. 578.

⁷⁹ Ibidem. p. 573-574.

⁸⁰ BAUER, Carolina Silveira. Op. Cit., p. 40.

⁸¹ KUSHNIR, Beatriz. Op. Cit., p. 570-571.

Desta forma, o exame da documentação produzida pelo DOPS disponibilizada à consulta permite, segundo Kushnir, “vermos como eles (os agentes secretos) viam.”⁸² Assim, pode-se conhecer tanto a história daquele que foi “fichado” pelos órgãos de informação ao ser considerado um “inimigo interno” quanto a do agente que atuou na coleta de dados como “fichador”. Partindo desta ótica, a análise dos documentos que circulavam entre as Seções de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul possibilita a compreensão daquilo que os órgãos de informações entendiam como “estudante subversivo” e de suas ações a respeito do movimento estudantil.

3.2 O olhar vigilante sobre o Movimento Estudantil

Os órgãos de informações preocuparam-se em recolher informações para o combate ao movimento estudantil, visto como inimigo. A documentação do DOPS e das SOPS do Rio Grande do Sul demonstra que, ao longo dos anos, os estudantes tiveram suas atividades constantemente monitoradas por estes órgãos. Assim, eram solicitados às diversas SOPS, por exemplo, o preenchimento de “Fichas Informativas” sobre os estabelecimentos de ensino existentes em cada cidade. Nelas, relacionavam-se os membros da diretoria, corpo docente e presidentes das entidades estudantis (quando havia), bem como o parecer sobre se professavam ou não ideologia contrária ao regime.

Uma das preocupações dos órgãos de segurança dizia respeito à infiltração comunista no meio estudantil. Seriam aqueles jovens incumbidos de incutir idéias contrárias ao regime e influenciar os demais a abraçarem uma doutrina nociva à segurança nacional. Uma Ordem de Busca expedida pelo DCI para as Delegacias Regionais e para o DOPS ilustra este caso:

1 – Dados Conhecidos:

a – Grupos esquerdistas estão se infiltrando no meio estudantil através de esquemas organizados, traçados por Organizações Subversivas, visando comunizar a juventude e a subverter a ordem.

2 – Providências Solicitadas:

⁸² Ibidem. p. 579.

a – Relação nominal do corpo docente e docente [sic] de tôdas as faculdades existentes na área jurisdicionada, quer da esquerda quer da direita, fornecendo seus antecedentes e qualificação.

b – Relação nominal dos estudantes e professôres ativos no meio estudantil secundarista, mencionando os antecedentes dos esquerdistas.

c – Enumeração das agremiações estudantis, universitárias e secundaristas, de âmbito local ou regional, mencionando suas respectivas diretorias e posições político-ideológicas, bem como, assinalar as épocas das eleições estudantis.⁸³

Os estudantes tidos como agitadores eram vistos como “estudantes profissionais”, inseridos no meio estudantil com o objetivo de engajar os demais contra o regime. Assim, uma Circular do DOPS sobre o movimento estudantil que relatava tentativas de tumulto e suspeita de agitação em alguns estados do Brasil (incluindo o Rio Grande do Sul) através de distribuição de panfletos que denunciavam prisões de professores e de sindicalistas, recomendava as seguintes Medidas Possíveis:

- a) obstrução de intercâmbio desse material;
- b) exercitar a vigilância sobre pessoal da área universitária que possui antecedentes;
- c) pesquisar e informar sobre o retorno a ambiente universitário de “estudantes profissionais”.⁸⁴

Para este órgão de segurança, portanto, a panfletagem e a “tentativa de tumulto” (entre tantos outros exemplos) configuravam a atuação destes “estudantes profissionais”. As tentativas de organização de entidades estudantis eram mal vistas e constantemente vigiadas. O simples fato de integrar um Grêmio Estudantil ou um DCE resultava em suspeita. Diversos documentos contêm solicitações de listas de estudantes e professores; posteriormente, estas relações eram remetidas às delegacias regionais. Isto demonstra que, ao longo dos anos, a movimentação estudantil configurava uma preocupação constante para os órgãos de informações. O “inimigo interno”, na lógica da comunidade de informações, estaria também nas salas de aula, subvertendo a juventude.

Dentro desta perspectiva, além do perigo apresentado pelo “estudante profissional”, havia a preocupação com os estudantes que, deste ponto de vista, se deixavam influenciar.

⁸³ **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.** Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1.4.1992.22.8. Lagoa Vermelha, 03 set. 1974.

⁸⁴ **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.** Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.4.3045.37.10. Porto Alegre, 11 maio 1970.

Eram vistos pelos órgãos de informações como um instrumento utilizado pelas organizações de esquerda na luta contra o regime militar. Na documentação analisada, são denominados “inocentes úteis”; inquietavam estes órgãos, pois poderiam somar-se às fileiras da oposição.

Em um documento que estabelecia diretrizes para a ação policial especificamente para o movimento estudantil, há instruções para enquadramento dos estudantes agitadores na Lei de Segurança Nacional, apreensão de cartazes, contenção de manifestações e passeatas e infiltração de agentes no meio estudantil, entre outras recomendações. Uma das prescrições adverte que:

A ação policial, sempre que possível, deverá ser precedida de ampla campanha de publicidade, visando desencorajar os “inocentes úteis” e os não realmente motivados pela causa, bem como esclarecer a opinião pública quanto aos seus objetivos.⁸⁵

Esses estudantes, portanto, seriam levados a aderir às movimentações sob influência de outros e não por iniciativa própria. Em contrapartida, a ação policial buscava também “esclarecer” esses indivíduos para que não optassem pelo caminho da oposição.

Em um relatório intitulado **O Terrorismo e seus Métodos**, elaborado pela Divisão Central de Informações, “baseado em documentos, diligências, prisões e interrogatórios realizados pelo DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL do R. G. Sul”⁸⁶ encontra-se uma definição do termo:

INOCENTE ÚTIL

Pessoas estranhas a organização que por ardil ou corrupção servem a organização ou a causa.⁸⁷

Nota-se que, pela lógica dos órgãos de informações, existia uma preocupação constante sobre aqueles indivíduos que poderiam ser cooptados às organizações de esquerda. O

⁸⁵ **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.** Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 4-5751.52.18. Sem data.

⁸⁶ **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.** Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 4.4697.58.17. 21 jul. 1971.

⁸⁷ **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.** Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 4.4697.58.17. 21 jul. 1971.

jovem, com seu espírito de rebeldia, ainda formando suas opiniões, estaria particularmente suscetível às influências de seu meio.

O regime, por sua vez, buscou integrar os jovens em iniciativas como o Projeto Rondon e a Operação Mauá, que procuravam mostrar aos estudantes um Brasil desenvolvido e promoviam ações assistencialistas no interior do país. Tentava-se, com isso, manter os estudantes distantes das manifestações de cunho político. Esses projetos eram suportados por importante infra-estrutura das Forças Armadas, sobretudo nas áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos, particularmente na região norte do país; os militares garantiam alojamento, logística, segurança e transporte. Considerando que eram ações vinculadas a atender demandas de populações profundamente marginalizadas, parte dos jovens que deles participavam eram tocados por certa empatia com esse tipo de proposta. Portanto, essa era parte da “boa juventude” brasileira, que devia ser protegida dos focos de contaminação.

Esse era o objetivo visado, canalizar os jovens para as ações de “integração nacional”, de trabalhar em função da pátria e na defesa dos valores que a DSN se encarregava de disseminar e reforçar. A repercussão desses projetos do governo também era monitorada pelos órgãos de informações, no intuito de conhecer o impacto – efetivo ou não – sobre a população. No Sumário de Informações do mês de fevereiro de 1968, no item sobre Educação e Cultura, consta que:

Retornaram a P. Alegre os estudantes gaúchos que participavam do “Projeto Rondon”.
Mostraram-se bastante entusiasmados com o que viram, elogiando a atitude governamental.⁸⁸

No entanto, também haviam efeitos contrários, gerados por estudantes que criticavam iniciativas como o Projeto Rondon, pela sua inspiração paternalista e assistencialista, sem resolver as questões de fundo que atingiam às comunidades atendidas. Por causa disso, estudantes críticos, engajados em mudanças estruturais, provocaram a criação de iniciativas paralelas. Um Pedido de Busca do CIE exemplifica a preocupação dos órgãos de segurança:

⁸⁸ **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.** Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Lagoa Vermelha. SOPS/LV – 1-49.1.1. Fev. 1968.

1 – DADOS CONHECIDOS

Em 08 Ago 72, os jornais “O GLOBO” e o “DIÁRIO DA MANHÃ” de BELO HORIZONTE, publicaram a seguinte notícia: “Em apenas duas semanas de julho, cerca de 15 mil pessoas foram atendidas pelos integrantes da “INTEGRAÇÃO UNIVERSITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO” – ITUDE, grupo de trabalho criado sob os auspícios da Casa do Estudante Mineiro, para levar assistência às comunidades rurais do interior do Estado, na mesma linha de atuação dos Projetos RONDON e MAUÁ.

2 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. Apesar dos objetivos do ITUDE serem, pelo menos aparentemente, de grande alcance assistencial e educacional, as atividades da organização merecem um estudo mais profundo, por se tratar de medida paralela a projetos de iniciativa governamental.

b. Há indícios de que, em face do sucesso alcançado pelos projetos RONDON e MAUÁ contrariando expectativas de inimigos da Revolução, entidades privadas e religiosas procuram esvair [sic] os citados Projetos através de criação de organismos similares.

3 – DADOS SOLICITADOS

a. Informar a existência de organismos particulares, com as características dos Projetos RONDON e MAUÁ; amplitude da situação; qualificação da origem e de seus diretores.

b. Informar sobre a existência de indícios de esvaziamento [sic] dos citados Projetos RONDON e MAUÁ.

c. [ilegível] outros dados julgados úteis.⁸⁹

Nota-se a preocupação do governo em desenvolver ações que envolvessem os estudantes em projetos que traziam uma imagem positiva do regime. Neste ponto, era o governo que exercia o papel de influenciador.

A análise dos documentos permite compreender a visão que a ditadura possuía sobre o movimento estudantil. A partir destas concepções, articulavam as ações repressivas para sufocar qualquer tentativa de oposição ao governo, incluindo as iniciativas de projetos que tentavam afastar os estudantes das agitações, como visto anteriormente. As iniciativas dos estudantes, como manutenção de entidades estudantis, passeatas, panfletagem, manifestações ou qualquer atividade de cunho político eram entendidas como um perigo à ordem estabelecida. Percebe-se, desta forma, que o regime militar entendia que as atividades estudantis deveriam ser restritas ao âmbito escolar e universitário, sem vínculo político contestatório.

⁸⁹ **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.** Acervo da Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Polícia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS – 1.4.3066.37.10. Santa Maria, 16 out. 1972. Mantida a ortografia original.

Tanto o indivíduo capaz de influenciar os outros quanto que poderia ser influenciado pelo anterior, eram considerados perigosos. Neste caso, temos exemplificado o conceito elástico de “inimigo interno” que propunha a DSN, que via em todos uma ameaça em potencial: a variedade de estudantes que poderiam ser considerados inimigos da nação variava do mais atuante ao mais passivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento estudantil se opôs, desde o início da ditadura civil-militar instalada no Brasil em 1964, às medidas repressivas impostas pelo novo governo. Os órgãos de segurança consideraram qualquer manifestação de descontentamento como uma “ameaça” à segurança nacional e passaram a monitorar as mais diversas atividades estudantis. Buscaram, por meio de uma legislação repressiva, restringir as articulações estudantis e controlar as entidades representativas.

A pesquisa realizada na documentação que circulava entre as SOPS/RS e o DOPS/RS permitiu compreender um pouco da visão que estes órgãos tinham sobre o movimento estudantil no Rio Grande do Sul. Norteados pelas premissas da DSN, consideravam a atividade estudantil um perigo à segurança nacional.

A vigilância dos órgãos de informações recaía tanto sobre os estudantes secundaristas quanto sobre os universitários. Na documentação analisada, nota-se que as medidas recomendadas eram as mesmas – até mesmo para os secundaristas, que não tinham chegado à maioria. Os depoimentos de estudantes do Colégio Júlio de Castilhos, Carlos Alberto Tejera De Ré e Cláudio Antônio Weyne Gutierrez, relatam a violência sofrida por eles e pelos colegas ainda muito jovens, quando participavam das manifestações e passeatas em Porto Alegre.

Os estudantes tidos como “estudantes profissionais” causavam grande preocupação à comunidade de informações. Eram vistos como disseminadores dos ideais comunistas, inseridos no meio de estudantes que se deixavam influenciar, os chamados “inocentes úteis”, utilizados como instrumento das organizações de esquerda. Dessa forma, quase todos os estudantes poderiam ser enquadrados como “inimigo interno” da nação. Nota-se, mais uma vez, o quão elástico era esse conceito e como era utilizado pelos agentes repressivos.

Outro aspecto a ser ressaltado, principalmente sobre o movimento estudantil gaúcho, foi a disputa ideológica travada entre direita e esquerda sobre os estudantes. No Rio Grande do Sul, as entidades estudantis também tiveram uma direita organizada, que contava com o apoio do regime. Através da promoção de atividades exclusivamente recreativas,

buscava-se afastar os estudantes das manifestações políticas de oposição à ditadura. Lugar de estudante, de acordo com essa perspectiva, é nas salas de aula, e não nas ruas, em passeatas.

O Projeto Rondon e a Operação Mauá foram outras iniciativas do regime para atrair o “bom estudante” a atuar em programas assistencialistas coordenados pelo governo. Com isso, buscavam moldar o jovem dentro daquilo que eram consideradas atividades adequadas, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil, sem desenvolver nenhuma consciência crítica. O regime receava que a influência comunista seduzisse os estudantes tidos como “inocentes úteis”, então procurou “integrar para não entregar”.

Este trabalho certamente não esgota todas as possibilidades de pesquisa, mas espera contribuir para a compreensão da lógica por trás dos órgãos repressivos mantidos pelo regime e seu olhar sobre os setores que lhe ofereceram resistência, particularmente o estudantil. A pesquisa se insere no debate sobre a abertura dos arquivos repressivos. A questão continua atual, principalmente com a criação da Comissão da Verdade, que tem por finalidade o exame e esclarecimento das violações aos direitos humanos praticadas no período da ditadura militar brasileira.

O acesso à documentação permite a compreensão deste período de nossa história. Sobretudo, fornece aos atingidos diretamente pela repressão estatal a elucidação sobre suas prisões, torturas, mortes e desaparecimentos que perduram até os dias de hoje. Contribui também para a formação de uma consciência crítica sobre os acontecimentos do passado recente do Brasil.

Mesmo com a destruição de parte da documentação do DOPS/RS ao final da ditadura civil-militar, pode-se reconstituir a lógica por trás de suas ações através dos documentos remetidos às SOPS/RS e que atualmente estão disponíveis no AHRS. No entanto, muito ainda pode ser esclarecido se o restante dos arquivos de órgãos repressivos – que hoje continuam inacessíveis – for aberto à consulta por meio da desclassificação de seus documentos sigilosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivo consultado

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Acervo da Luta contra a Ditadura — Fundo da Secretaria de Segurança Pública. Sub-Fundo: Serviço de Ordem Política e Social. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Bibliografia consultada

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru/São Paulo: EDUSC, 2005.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. 11ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **DOPS: a lógica da desconfiança**. Rio de Janeiro: Secretaria do Estado de Justiça, 1993.

BAUER, Carolina Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 - 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CARRION, Raul. **A ditadura não foi uma criação de “homens maus”**. In: BARBOSA, Vânia M; FERNANDES, Ananda Simões; LOPEZ, Vanessa Albertinence; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória**. Porto Alegre: Corag, 2010. Vol. 2.

CATELA, Ludmila da Silva & JELIN, Elisabeth (comps.). **Los archivos de la represión: Documentos, memoria y verdad**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 2002.

COMBLIN, Joseph. **A Ideologia de Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DELLA VECHIA, Renato da Silva. **O papel desempenhado pelo Diretório Estadual de Estudantes no Rio Grande do Sul**. Anais do Seminário Nacional Sociologia e Política. Curitiba, 2011. Disponível em:

<http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais2011/9_392.pdf>. Acesso em 24/11/2012.

_____. **O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no período da redemocratização: As tendências estudantis e seu papel (1977-1985)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

FERNANDES, Ananda Simões; PADRÓS, Enrique Serra. **Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os “anos de chumbo” no Rio Grande do Sul**. In: BARBOSA, Vânia M; FERNANDES, Ananda Simões; LOPEZ, Vanessa Albertinence; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória**. Porto Alegre: Corag, 2010. Vol. 2.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 4.

GUTIERREZ, Cláudio Antonio Weyne. **A Guerrilha Brancaleone**. Disponível em:

<<http://pt.scribd.com/doc/2278958/A-Guerrilha-Brancaleone-Claudio-Antonio-Weyne-Gutierrez>>. Acesso em 07/09/2012.

KUSHNIR, Beatriz. **Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do Dops – RJ e SP)**. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias Silenciadas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/Fapesp, 2002.

LAGÔA, Ana. **SNI: Como nasceu, como funciona**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepfol de. **A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil**. Revista Brasileira de História, vol.

17, nº 34. São Paulo, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881997000200011>>. Acesso em 06/10/2012.

PADRÓS, Enrique Serra. **História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos**. Revista Tempo e Argumento. Vol. 1, nº 1. Florianópolis: PPGH, 2009.

POERNER, Artur José. **O Poder Jovem. História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PORTUGAL, Niedja Lima Torres. **Estudantes em movimento (Fortaleza, 1969-1979)**. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2008.

TEJERA DE RÉ, Carlos Alberto. “Você sabe bem o que está fazendo, filho?”. *In*: BARBOSA, Vânia M; FERNANDES, Ananda Simões; LOPEZ, Vanessa Albertinence; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória**. Porto Alegre: Corag, 2010. Vol. 2

Depoimento

Cláudio Antonio Weyne Gutierrez. Entrevista concedida em 03/11/2012.

Legislação

Decreto-Lei nº 228, de 28 de Fevereiro de 1967. Disponível em :

<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126145/decreto-lei-228-67>>. Acesso em 27/11/2012.

Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0477.htm>. Acesso em 22/10/2012.

Lei nº 4464, de 09 de Novembro de 1964. Disponível em :

<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128637/lei-4464-64>>. Acesso em 27/11/2012.

Vídeo

ARQUIVOS da Cidade. Produção de Felipe Diniz e Luciana Knijnik. Porto Alegre: Modus Produtora de Imagens, 2009. 1 DVD.

ANEXO

Entrevista com Cláudio Antônio Weyne Gutiérrez, concedida em 03/11/2012.

Gutiérrez: O movimento estudantil no estado do Rio Grande do Sul tinha algumas características peculiares. Em primeiro lugar... Tinha um velho amigo que era o João Aveline, que era um velho do PCB, que dizia que o Rio Grande do Sul... como o pessoal diz o que estado do Rio Grande do Sul é um estado muito complicado, mais que politizado, o Estado do Rio Grande do Sul é um estado muito radicalizado, muito tensionado nas suas relações políticas; por sua história, por tudo, como se deu, pela sua formação do Estado, sempre foi um estado de fronteira, formado no meio do enfrentamento. Não necessariamente o Rio Grande do Sul é um estado progressista; talvez então a questão do movimento estudantil tenha uma questão que é bem legal de se focar.

Após a ditadura, quando foi o golpe de estado, essas entidades estudantis vão sofrer intervenção em todo o Brasil, como os sindicatos... Aqui no Rio Grande do Sul não foi diferente. Só que no Rio Grande do Sul tinha um movimento estudantil... tinha uma esquerda forte, que estava na UNE, estava na UGES, mas sempre teve um movimento estudantil de direita também muito forte – isso é uma peculiaridade muito do Rio Grande do Sul e de outros estados, poucos, que tiveram uma direita estudantil tão forte.

Mas talvez fosse o primeiro que fosse ideal situar. Então, logo depois da intervenção, a ditadura vai procurar apoio nessas organizações de direita, e muitas delas dão sustentação efetivamente, muitas dessas entidades estudantis colaboram diretamente com órgãos de repressão, com DOPS, Polícia Federal – e isso é um diferencial nosso...

O que eu posso dizer do movimento estudantil após 64... Eu entrei no Julinho antes de... Antes do Julinho eu tinha um contato no movimento estudantil, mas de uma maneira desorganizada, de uma maneira não muito consciente. A partir de 1965 eu entro no Julinho. Em 1965 o movimento estudantil gaúcho, e brasileiro em geral, se pôs num interfluxo muito grande, e ainda tem a ditadura que é muito recente, as prisões de lideranças, afastamento de direções, as intervenções, ainda tem um impacto muito grande. A retomada do movimento estudantil se dá por volta mais de 66 – não que em 65 já não tenha articulações

de esquerda, forças de esquerda, progressista, visando retomar o movimento estudantil. Mas ele se dá mesmo, o grande momento da sua retomada, no ano de 1966. Talvez seja interessante nós situarmos isso com a retomada do Congresso da UNE. Em 1966, em um convento, não lembro se foi em Belo Horizonte, a UNE faz um Congresso de reconstituição e a partir desse momento, dá-se o que seria chamado as Grandes Jornadas Nacionais, as Grandes Jornadas de Luta. A primeira delas é marcada para setembro de 1966. Em setembro de 1966, tu tens grandes mobilizações em praticamente todas as capitais brasileiras, e quase simultaneamente mobilizações em todas as principais cidades brasileiras; em quase nenhum estado foi uma grande mobilização. Aqui no Rio Grande do Sul foi um comício-relâmpago, uma passeata-relâmpago, que se deu aonde eram as oficinas da Carris Porto Alegrense, que é na esquina da João Pessoa, ali onde está situado o viaduto hoje, perto do Direito da UFRGS, ali em frente. A partir desse momento começa a retomada. Interessante de se notar esse negócio como processo consciente das organizações e foi também um processo natural de movimento de massa. Ele tem ciclos, são ciclos que acontecem... que são muito interessantes, eles são episódicos, e esse episódico torna-se uma onda, e essa onda repercute. É um negócio interessante porque isso normalmente é mundial, continua até hoje, vamos dizer, com grandes manifestações no Oriente Médio, com todas as questões, esse lado que se dá muita ênfase pelo Facebook, na internet. Só que assim, claro, são meios de comunicação grandiosos; as pessoas se contatam facilmente, diretamente, furam bloqueios, mas naquela época não existia internet, telefone era extremamente difícil. As organizações assumiam um caráter local, nacional, internacional... e tu está em 1966 e começa uma grade onda. Em 66, acho que em julho, agosto de 66, o Partido Comunista Brasileiro lança um candidato à presidência do Grêmio do Julinho. E claro, o PCB era uma organização clandestina, assim como a Ação Popular – uma organização da Igreja Católica de forte inserção no movimento estudantil – era uma organização clandestina, os Possadistas – que era um grupo muito trotskista, ligado a Posadas, que era um argentino – era uma organização clandestina... e todas elas atuaram no movimento estudantil. A chapa do PCB ganha; o candidato à presidente foi o Cláudio Rutz, hoje é um médico, ta por aí; se tu procurar, tu consegues entrevistar. Outra característica do movimento estudantil é que ele funciona no período de aula. Chega nas férias, fica em “*stand by*”.

Então no ano de 66, a gente faz as articulações, a atuação do Grêmio é muito voltada para as ações locais de estudantes, começa a ter mudanças comportamentais, e essas mudanças comportamentais não são aceitas pelas direções de escolas; seja o uso de cabelo mais comprido, as meninas com saias mais curtas. Isso dá conflitos, e a direção do Colégio Estadual Julio de Castilhos, que era uma direção conservadora... houve até... Outro dia uma professora me perguntou – escutando os relatos das mobilizações estudantis nesse período – “E os professores, não tinham lideranças que apoiavam o movimento?”. A verdade é que os professores estavam ainda sob um impacto muito maior da repressão. Uma porque não tinha ainda um CPERS⁹⁰ com as características do CPERS atual, uma organização formada, dos embates sindicais, calejada. O CPERS então era uma entidade frágil ainda, não tinha ainda claramente uma liderança sindical combativa, que se opusesse à ditadura militar – o que não quer dizer que não tivessem muitos professores, talvez a imensa maioria, que fosse contra o golpe. Tinha muitos professores que tinham ligação com partidos de esquerda, mas a situação deles era muito difícil, porque as direções estavam sob hegemonia conservadora. Bom, isso é apenas um parêntese na história.

Eu te digo que o movimento estudantil no Julinho retoma em 66. Eu fazia parte da base do Partido Comunista do Colégio Estadual Julio de Castilhos, que era a base que dava sustentação à direção do Grêmio. Nós participamos do Congresso de UGES neste período e participamos de articulação estudantil estadual, mas chegando no final do ano, as coisas param. Nós, enquanto base do PCB, continuávamos nos reunindo durante as férias, num ritmo menor; tinha o pessoal que viajava, ia para o interior, tinha quem ia pra praia, enfim, uma dispersão muito grande, mas a base se reunia, ia aos bares, se encontrava, mantinha vínculo. Mas será no ano de 67 que se dará a retomada desse processo com mais vigor.

Mais uma vez vamos ver assim o que importa: o movimento estudantil do estado do Rio Grande do Sul.

Aquele congresso que nós tínhamos ido em 66, da União Gaúcha dos Estudantes Secundários, tinha eleito uma direção de direita pra UGES. Então essa relação UGES/UMESPA era praticamente nenhuma, e como eu te falei, tinha começado uma onda larga de movimentação de base.

⁹⁰ Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul.

O DCE da UFRGS vai sofrer uma intervenção no início de março de 1967. O presidente do DCE era Carlos Alberto Vieira e foi afastado sob acusação de subversão, corrupção e todas essas coisas que geralmente a direita gostava muito de brandir. Em função da destituição do DCE da UFRGS, o conjunto do movimento estudantil secundarista e universitário em Porto Alegre resolve ocupar o prédio do Diretório Central dos Estudantes. O Diretório Central dos Estudantes tinha recém se mudado para um prédio que ainda estava em construção, que era o prédio do Restaurante Universitário, em frente à Economia, perto do Direto, ali onde é hoje, só que era um prédio ainda em construção, em obras. Essa ocupação feita por conjunto de estudantes, de diversas escolas e diversas faculdades. Ocorre durante a manhã, permanece durante todo o dia ocupado e durante a noite, na madrugada, às 4 horas a Brigada havia cercado todo o prédio e se negocia uma retirada – isso vai lá pelas 4 da madrugada – do prédio do DCE.

O ano de 67 era para nós um ano marcante por diversas razões: uma porque a mobilização em massa retomava; outra porque o congresso do Partido Comunista Brasileiro tinha marcado seu Sexto Congresso...esse é o Sexto...estou em dúvida se é o Sexto ou o Sétimo, não sei. Tinha marcado seu Sexto Congresso e as bases do partido tinham que eleger os delegados das Conferências Municipais. As Conferências Municipais elegiam delegado para a Conferência Estadual, que elegeria delegados para a Conferência Nacional, pro Congresso Nacional. Essa era a estrutura. E por outro lado, o movimento estudantil começava a ir para as ruas, tanto aqui em Porto Alegre quanto no resto do Brasil.

Acho que em abril de 67, final de abril, está sendo votado na Assembleia Legislativa do Estado uma Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Foi uma tentativa de ditadura de se legitimar enquanto instituição. Eles votaram uma Constituição Nacional, uma nova Constituição Nacional e os Estados tinham que fazer Constituições Estaduais. Isso estava acontecendo na Assembléia. Na época haviam acordos chamados MEC-USAID, entre USAID, que é uma entidade do governo americano, e o Ministério da Educação e Cultura. Esses acordos MEC-USAID buscavam tornar o ensino brasileiro, segundo eles, um ensino mais moderno, um ensino com qualidade melhor e mais amplo, com cobertura maior do que era até então. Na verdade, como tudo já naquela época, todos esses acordos que vinham de organismos internacionais, particularmente ligado aos Estados Unidos, eram muito baseados no conceito privativista. Então o grande norte do acordo MEC-USAID

é privatizar o ensino brasileiro, principalmente o Universitário, mas também o Ensino de Segundo Grau, o Ensino Médio – atualmente ensino médio.

Todo o movimento estudantil lutava contra esses acordos MEC-USAID. Então se organiza uma passeata que visa protestar contra os acordos MEC-USAID, uma passeata dos secundaristas. Por outro lado, os universitários organizavam na Filosofia uma manifestação, também uma passeata contra os acordos MEC-USAID, uma série de manifestações peculiares dos estudantes universitários – a questão dos excedentes, que era a o pessoal que fazia vestibular e passava, mas não conseguia entrar na universidade. Então vai ter essas duas passeatas, que foram organizadas simultaneamente. Essas passeatas se encontraram no centro de Porto Alegre onde hoje é chamada a Esquina Democrática: Andradas com a Borges.

Aí faz um ato, interrompe o trânsito... que tinha o trânsito naquela esquina. Juntando as duas passeatas, se tinha uma passeata relativamente grande, para os cânones da época. Certamente algumas quantas centenas de estudantes, eu não sei te precisar. E depois de um ato na esquina, essa passeata saiu em direção à Assembleia Legislativa do Estado, aonde estava acontecendo a votação da nova Constituição Estadual.

Bom... Então eu te conto que essas passeatas se encontram na Esquina e vão em direção à Assembleia Legislativa, onde está acontecendo a votação da Constituição Estadual. Lá tem discurso, palavra de ordem, acordo MEC-USAID, tudo isso... Aí a passeata se acaba... pela Brigada Militar e particularmente pela tropa de choque, que era um grupo seletivo de policiais para a dispersão de tumultos, dispersão de manifestações.

Quando acontece a repressão, o pessoal que está na passeata vai se refugiar; correm pra tudo que é lado... Mas um lado que vai concentrar muita gente é o lado da Catedral. E como a Catedral está aberta... os caras estão batendo....tem cavalo, e enfim... muita gente se mete dentro da Catedral. E aí a Brigada continua reprimindo... a Brigada de Choque continua reprimindo dentro da catedral. E esse negócio vai ter uma repercussão muito grande, porque ficaram, vamos dizer... plasticamente ficaram umas imagens muito fortes. E tem um bando de estudantes dentro da catedral e os caras descendo o cacete. Esse negócio vai ter repercussão nacional, até internacional da nossa passeata.

E a direção do Grêmio, nós e a base do PCB, resolvemos fazer uma edição extra do *Julinho* – *Julinho* é o jornal – com aquela famosa frase, baita manchete... aquela famosa frase do poema do *Navio Negreiro*: “Existe um povo que a sua bandeira empresta para cobrir tanta infâmia e covardia”... E aí uma foto dos caras batendo nos estudantes dentro da catedral.

Bom, a gente distribuiu esse jornalzinho massivamente no colégio. E em função disto, primeiro eles fecham... A gente chega lá e está fechado o Grêmio do Julinho. Aí a gente deixa no colégio uns cartazes, batemos a sineta... o sinal, a sirene... chamava a interrupção. Aí passa todo mundo, faz um ato dentro do Colégio e a gente monta o Grêmio numa barraca na praça ali ...acho que aquela praça se chama Piratini...eu não tenho certeza... é a praça ali em frente ao Julinho sabe....bem em frente. Montamos o que nós chamamos de Grêmio Livre. Ficamos acampados ali dia e noite, durante uma semana, fazendo muita agitação, passeata quase todos os dias, manifestações. E aí a direção começa a expulsar, claro. Eu sou expulso, uns quantos são expulsos. O Ico... eu não sei se foi expulso o Luis Eurico Lisboa. Por que o Luis Eurico era estudante do Julinho, até 66 ele cursou regularmente o Julinho; em 67 acho que ele se inscreveu... mas ele foi para Santa Maria em função do Congresso do PCB. Foi pra Santa Maria pra ver se conseguia criar uma dissidência em Santa Maria. Se inscreveu na Faculdade de Economia, na Universidade Federal de Santa Maria e estava em Santa Maria, então acho que o Luis Eurico não foi expulso, mas ele participava dos atos. Depois teve uns quantos outros estudantes expulsos, o presidente do Grêmio, o Rutz, enfim, uma série de estudantes.

Bom, com a repressão, houve o desgaste, terminou... Aí começa a repressão mesmo... o DOPS já tinha se estabelecido ali na Ipiranga com a João Pessoa, e DOPS começa a monitorar diretamente, muito perto né... E uns quantos de nós somos chamados para prestar depoimentos. Talvez seja algo não muito referido... durante esse período tinha se formado no Colégio uma comissão de inquérito para apurar subversão lá dentro, uma comissão formada por professores. Claro, por professores sob o comando da direção do Colégio.

Com a expulsão do Julinho, nós continuamos militando, participando de mais um congresso de UGES. Nesse congresso foi eleito um cara chamado Luiz André Fávero. Mas foi aí que houve uma coalizão de forças, sob hegemonia da centro-direita. E nós dedicamos muito à questão do Partido na época, à questão do Congresso do Partido... e foge um pouco

do escopo de teu foco. A gente participa das conferências municipais e o Julinho cresce muito durante esse período, porque de acordo com o número de pessoas integrantes da base se tirava um delegado. E a base – que devia ter uma média abaixo de 20 estudantes – eu me lembro que chegava a ter uns 44, 45 estudantes filiados, envolvia muita gente no processo de mobilização estudantil, muita gente muito jovem: Carlos De Ré (o Minhoca), era bem juvenzinho, o Meliga, o Laerte Meliga; acho que o Laerte tinha 14 anos. Nós conhecemos o Laerte – estávamos com o Grêmio montado na barraca em frente ao Julinho – depois de uma passeata aparece o Laerte e mostra as costas: tem um vergão de ponta a ponta. O choque (a polícia de choque) usava os cassetetes de borracha; eles batiam e provocavam um grande hematoma, “chupava” muito. O Laerte passa a fazer parte do Grêmio do Julinho, e tem um grande crescimento da base do Julinho. O congresso do PCB vai ser ganho pela direção nacional, porque o Partido marxista-leninista... a direção sempre ganha, não existe possibilidade que seja o contrário. Se formam dissidentes, aqui e em todo o Brasil, e essas dissidências vão ter um papel muito grande em 68, no movimento de massas e vão ter um papel muito grande também na formação das organizações de luta armada contra a ditadura.

Então vamos pular um pouco. Antes vou comentar um fato. Dentro da dissidência, no final de 67, eu, o Luis Eurico e outros companheiros, o [incompreensível] e outros, chegamos à conclusão que a dissidência do Estado do Rio Grande do Sul não iria organizar uma organização de luta armada contra a ditadura. Eles iam continuar com a mesma política; claro, mudando algumas coisas, mas com a mesma política do PCB. Então resolvemos romper com a dissidência e começamos a fazer ações para conseguir armas para organizar um foco guerrilheiro: era esse o nosso objetivo. E a gente assalta a casa de um coronel que era o pai da Cylene, que era uma das estudantes do Julinho e integrante da base política. A gente descobre uma mala de apetrechos militares, manuais do exército, essas coisas assim. Nós tínhamos a informação que lá tinha sete metralhadoras MKO. De fato nós encontramos uma metralhadora; quando a gente arma esta metralhadora, a gente vai ver que essa metralhadora não tem cano. Uma Luger muito usada também, a maioria eram coisas interessante, manuais de treinamento da chamada Escolas das Américas, que demonstravam e falam claramente do uso de violência em interrogatórios: as técnicas de interrogatórios, que tinha que constituir para o interrogador que fosse o “mau” e outro que buscasse ser o

cara que conciliasse, que tivesse uma posição mais “amiga”, que dissesse “Não, tu ta sofrendo, não adianta” o cara mau mesmo, “Fala que senão a coisa vai piorar, vai ficar ruim!”, enfim... em última instância, não me lembro qual era a palavra, era claramente usar violência. Não diziam, assim, “dar choque elétrico”, não dizia, mas... estava implícito.

Mas enfim, este foi o nosso espólio do assalto à casa do coronel – que não era coronel, era major. Major Idos, que era parente do Átila Röepchester, conhecido como o grande cara da repressão nos anos 60 e 70. Em função desse assalto à casa desse coronel, a direção da dissidência nos ofereceu uma casa em São Paulo e passagens, para nós irmos a São Paulo por uns tempos, porque tinha um cara da direção da dissidência, Marcos Fermann, que era jornalista, que morava no edifício onde a gente tinha feito a desapropriação do coronel. Então nós fomos para São Paulo. Em São Paulo, a gente faz contatos com todos os grupos, com as dissidências de São Paulo, depois a gente vai ao Rio, com a dissidência do Rio, dissidência da Guanabara, que são todos grupos que vão formar as organizações de luta armada. A dissidência do Rio, junto com o agrupamento comunista de São Paulo e o Carlos Marighela forma a ALN, fizemos contato com a VPR, que está se formando como dissidência da POLOP, que era uma organização de esquerda política-operária. Era uma organização em que a Dilma tem origem, depois vai fundir com a dissidência do Rio Grande do Sul e formar o POC; também vai sair dali a COLINA, depois dá origem a outros grupos, pessoal da VPR vai dar origem à VAR-Palmares, que foi a organização em que a Dilma vai ficar mais conhecida. Mas aí nesta viagem que fizemos ao Rio e São Paulo, ficamos um mês, ou algo mais de um mês; a gente faz contato com todos esses grupos de dissidência e faz contato com todos os movimentos estudantis organizados nacionalmente. Contato com o pessoal do Calabouço, por exemplo. O Calabouço era um restaurante estudantil onde almoçavam, faziam as refeições o setor estudantil mais pobre, principalmente muito pessoal imigrante do nordeste. Era um negócio muito interessante.

Quando a gente volta pra Porto Alegre, acho que em fevereiro de 68, nós temos uma notícia. O cara que havia participado Congresso e havia sido eleito pra UGES, o Fávero, era um cara que tinha origem no PCB de Caxias do Sul, que era um cara de esquerda e estava querendo dar um outro perfil à União Gaúcha de Estudantes. Aí eu e o Luis Eurico entramos em contato com o Fávero e tivemos uma longa conversa, e ele nos convida para integrarmos a UGES. A gente passa a fazer parte da UGES. A UGES tinha uma estrutura

muito boa, até porque estava sob o domínio da direita, tinha apoio do governo, e tinha muito dinheiro, porque as carteiras de estudantes na época, a questão da meia-entrada, era uma fonte de financiamento muito significativo, era uma grana muito boa. Quando nós estamos na UGES, fazia pouco tempo, vai acontecer no Rio de Janeiro a morte do Edson Luiz. Quando soubemos da morte do Edson Luiz... nós tínhamos um mimeógrafo grande, imenso, na época era um grande adiantamento em termos de mimeógrafo, era eletrônico, elétrico. A gente faz toneladas de panfletinhos chamando uma manifestação. Um panfleto que nós chamávamos de “mosquitinho”, um panfleto pequeno, em tiras. Numa A4, tu faz, sei lá, a gente faz no mínimo oito “mosquitinhos”. A gente vai inundar no outro dia, as escolas, centros universitário, por todos os lados, a gente inunda de “mosquitinhos” chamando uma manifestação. Por outro lado, a Universidade tinha se reorganizado, o DCE que estava sob ocupação, existia uma União Estadual de Estudantes que era controlada pela direita. Mas o DCE e os Centros Acadêmicos da Capital, a maioria sob domínio da esquerda, fora o da Engenharia, que estava sob domínio da direita, tinham formado um DCE Livre. E o DCE Livre também chama grandes manifestações. Então vai ter, a partir daí, uma série de manifestações muito grandes. Na verdade, começava a existir um apoio de massa em atos contra a ditadura. Quando a gente fazia passeatas, as passeatas passavam pela Andradas, as pessoas das sacadas jogavam papéis, e essas passeatas foram engrossando cada vez mais. Até que a gente faz uma passeata de... não sei, dez ou doze mil pessoas; para os padrões de Porto Alegre, era muito grande. Mas isso, por outro lado, vai levando à uma repressão também de grandes proporções. E o movimento estudantil, setores dele, vão se radicalizando cada vez mais. Eu digo setores deles, porque nós fazíamos parte deste movimento de radicalização. Os estudantes começam a levar porretes, levar barras de ferro, para enfrentar a repressão. Começa a levar molotov. Cada passeata vai ter um carro da polícia incendiado. Isso aí tem um efeito. Claro, tem repercussão e tem tudo isso. Mas por outro lado, os amplos setores – digamos camada média – que começava a apoiar o movimento, por essa radicalização, se assusta. As pessoas estavam a fim de sair numa passeata, mas não estava a fim de apanhar, e muito menos se ver envolto em uma situação em que incendiaram um veículo, onde tinha a repressão pesada. E as passeatas vão “mermando”, seja pela radicalização, mas não apenas pela radicalização. Por que esse ciclo, como eu te disse que tinha começado lá em 66, em 68 tem o seu auge. Esse auge foi nacional, mundial, vai ter uma grande manifestação na Ciudad del Mexico, que termina com o massacre e a morte de de-

zenas de estudantes. São grandes movimentações em Montevideu, na Argentina, e o que foi mais famoso, o maio francês. Tem esse auge, que na França praticamente quase derruba o De Gaulle, era uma situação de impasse político, de tal ordem que o De Gaulle quase termina caindo. Mas depois este movimento começa a “mermar”. Eu te digo no Brasil, a violência foi um dos fatores, mas para isso tem o movimento natural, o movimento de massas, tem o máximo que atrai os setores de centro, digamos, depois os setores se afastam e fica só a vanguarda. As últimas passeatas de 68, que foram em julho, agosto, eram passeatas muito pequenas, que as pessoas não iam, eram passeatas muito radicalizadas. Ai ficava um bando de caras cheios de porretes, de molotov e coisa, que foi uma repressão imensa que cada vez se tornava maior.

Eu falei de 68, as grandes manifestações de 68. Nós do movimento secundarista, perdemos a UGES em agosto, perdemos por muitos poucos votos – mas teve muita mobilização da direita, que foi financeira, colocando todos, franqueando ônibus, trens, enfim, todos os meios para que a direita pudesse colocar o máximo de estudantes para essa eleição, que foi no congresso em Santa Rosa – um congresso muito forte, muito radicalizado, marcado por agressões, em que o Fávero termina saindo derrotado. Nós continuamos organizando o movimento estudantil, em torno do que se chamou o “Movimento 21 de Abril”. Durante os meses de agosto, setembro, outubro de 68, a gente consegue manter boa parte destas entidades todas do interior, que tinham se aproximado de uma UGES progressista, a gente consegue manter este pessoal mobilizado.

Mas é muito difícil manter organizações paralelas. E o “21” termina “mermando”, termina reduzido a poucas pessoas, e ao mesmo tempo, nós cada vez nos voltávamos mais para a questão da luta armada, essa foi a verdade. Ai no ano de 69, praticamente o “21 de Abril” não existe mais, tem muito pouca força. E começa uma grande repressão em São Paulo sobre a VPR, que era o grupo que nós tínhamos o apoio mais direto. Ai quase toda a VPR, diversos militantes, passam aqui pelo Sul, a gente dá apoio pros caras, [incompreensível], a tortura à milhão, e tudo aquilo que vai caracterizar a repressão cada vez mais.

Acho que a parte do movimento estudantil é isso que tinha para te dizer, não é? Não teve mais do que isso. Acho que há bastante escrito no livro também.

Thaís: Sim, vai decrescendo até 69, né?

Gutiérrez: 69, assim... Em outubro de 68, a UNE marca um Congresso em Ibiúna. Possivelmente esse Congresso iria ser descoberto em qualquer lugar do mundo, porque um congresso imenso que ia se fazer de forma clandestina... não tem... Eleggem delegados em todas as universidades do Brasil. É muito difícil manter uma coisa dessas clandestina, muito mais numa cidadezinha deste “tamainho”, onde tu pega um sítio e desloca milhares de estudantes pra um sítio. Foi um impacto na cidade. Saía para comprar pão, a padaria tinha que fazer horas e horas extras para fazer pãezinhos para toda aquela gente...

E não dá outra, a repressão cai e prende todo mundo. Vamos dizer que esta é a pá de cal na mobilização estudantil naquele momento. E tu observas como esse negócio é difícil. Vamos dizer, quando tem a ditadura, o movimento estudantil de 64 retorna em 67. Com a queda da UNE, final de 68, quase 69, o movimento estudantil só vai retomar em 74 com força, 75, 76. O movimento de massa é um negócio complexo, não é tu que decreta, não basta apenas o voluntarismo das organizações, isso é importante. Vanguarda é importante, mas tu tens que ter um conjunto de questões, às vezes até de difícil percepção que leva as pessoas a se mobilizarem em torno de um projeto ao ponto de quebrar a monotonia das suas vidas e sair às ruas.

Gutiérrez: Ok, Thaís, alguma pergunta particular?

Thaís: O mais era isso, a minha dúvida era se eles se articulavam com os secundaristas e os universitários...

Gutiérrez: Sim, se articulavam em conflitos. Assim, nós tínhamos muitos conflitos, com o movimento universitário, até porque quem dominava o movimento na cidade era a dissidência do Rio Grande do Sul. E nós tínhamos rompido com a essa dissidência. E dentro da esquerda aqui, o principal inimigo, é o grupo de esquerda que tu tem origem, que rompe, fica assim, inimigo de morte. Então, mas claro, na organização, nas passeatas, etc, nós tínhamos uma articulação comum. Gritávamos palavras de ordem diferentes, enfim, tínhamos uma mobilização conjunta.
